



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO EM ESTUDOS DA RELIGIÃO
Especialização: Estudos de História do Cristianismo

FRANCISCO ALBERTO CALHAU DE CARVALHO ROSADO

**Dom Frei Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo de
Braga**

Aspectos relevantes do seu múnus episcopal

Dissertação Final
sob orientação de: Doutor David Sampaio Barbosa

Lisboa
2015

Introdução	5
1. Vida e tempo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires	8
1.1. Contexto social e eclesial da sociedade europeia	10
1.2. O conceito de Reforma.....	13
1.3. Decadência do clero	15
1.4. Situação na Arquidiocese de Braga antes da entrada de D. Frei Bartolomeu dos Mártires 17	
2. D. Frei Bartolomeu dos Mártires em Trento e no pós-Trento	19
2.1. Do Barroso a Trento	19
2.2. Exigências de uma reforma	20
2.3. Debates e intervenções em Trento: Bispos e Seminários	26
2.4. Legado reformador do Concílio.....	30
3. Reflexos do Concílio de Trento em Braga no pontificado de D. Frei Bartolomeu dos Mártires	34
3.1. Chegada a Braga e início de uma acção reformadora.....	34
3.2. Obras feitas em Braga	38
3.3. A persistência de uma actividade pastoral	42
4. O Cabido da Sé de Braga e a Recepção de Trento	44
4.1. O Cabido	44
4.2. A reforma tridentina e o clero capitular: recepção e práticas	47
5. Visitações no espaço diocesano.....	53
5.1. Estrutura e execução.....	56
5.2. Para além da visita	61
5.3. Síntese visitacional	63
6. Relação com o Santo Ofício.....	64
6.1. D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o Santo Ofício	65
6.2. Princípio da correcção fraterna.....	68
6.3. Síntese da relação com o Santo Ofício	70
Conclusão	72
Bibliografia.....	75

Introdução

É meu objectivo, com esta introdução, caracterizar os principais temas que tenciono tratar nesta dissertação de Mestrado, procurando não me desfocar do objecto da história, que é o comportamento dos homens no seu tempo, pois foram eles os agentes construtores, de tudo o que diz respeito à história da humanidade. Por isso, o objecto final deste trabalho histórico é os homens nos seus respectivos contextos, espacial e temporal, na centúria de quinhentos.

O tema desta dissertação situa-se no séc. XVI, que em minha modesta opinião, foi uma época muito rica para a humanidade, com intensos e diferentes eventos societários em particular nas comunidades europeias. Por outro lado, entre alguns vultos nacionais que surgiram nesse tempo, creio que no panorama da Igreja portuguesa, D. Frei Bartolomeu (1514-1590) e o Cardeal infante D. Henrique (1512-1580), foram talvez as duas personalidades mais marcantes da nossa história religiosa dessa centúria.

Analisar a influência na sociedade portuguesa das grandes transformações ocorridas na Europa de quinhentos constituirá para mim um desafio aliciante e de muito interesse. O conceito fundamental dos contextos sociais que procurarei aprofundar, permitir-me-á vislumbrar com alguma realidade o ambiente formativo e vivencial da actividade de D. Frei Bartolomeu. Igualmente tentarei compreender como as nossas comunidades foram afectadas pelos eventos tridentinos e principalmente como aconteceu o seu impacto no múnus de D. Frei Bartolomeu. Basicamente são estas as razões que me levam estudar com bastante entusiasmo o dinamismo da sociedade portuguesa do séc. XVI.

Portanto é neste ambiente contextual que procurarei criar uma síntese compreensiva do que foi o percurso de D. Frei Bartolomeu, tentando evidenciar os diferentes aspectos da sua vida que contribuíram para criar a personalidade singular deste Arcebispo de Braga, imerso no meio societário do complexo séc. XVI europeu.

Parece-me também importante realçar os aspectos da reforma e da pastoral, que na sequência do Concílio de Trento, o bracarense irá imprimir com muito zelo na sua Arquidiocese, pois tinha plena consciência da decadência da sociedade e do clero que se verificava, nessa centúria, por toda a Europa.

Considero como pontos a relevar neste trabalho sobre D. Frei Bartolomeu,

- a sua actuação na 3ª fase do Concílio de Trento;
- o seu múnus como Arcebispo de Braga, com realce para aplicação dos decretos conciliares reformadores na Arquidiocese e as visitas pastorais;
- o seu modo de relacionamento com o Tribunal do Santo Ofício;

Iniciarei o meu trabalho traçando o percurso de vida de D. Frei Bartolomeu, referindo os pontos essenciais da sua formação e cargos que exerceu. Em seguida, e para podermos compreender as suas atitudes, tentarei desenhar o contexto social e eclesial na Europa e em Portugal, nesses anos de quinhentos. Passarei depois para os eventos tridentinos, tentando referir o desempenho do bracarense no Concílio de Trento, fundamentalmente na defesa da Reforma da Igreja e da recepção dos decretos conciliares no Reino de Portugal. Na sua Arquidiocese irei tratar das obras feitas na sequência do Concílio e dos muitos e graves problemas que o cabido de Braga lhe colocou na implementação dos decretos conciliares. Tentarei abordar com alguma profundidade as visitas pastorais, pois são tema central defendido por ele no Concílio e depois aplicado na sua Arquidiocese. Por fim, procurarei fazer uma breve abordagem do espaço fronteira de D. Frei Bartolomeu com a Inquisição, focando principalmente os interesses opostos no que toca ao julgamento das heresias, usando como princípio básico o julgamento no foro da consciência, que Marcocci sabiamente apelidou de inquisição pastoral.

Terminarei com um breve apontamento conclusivo dos temas desenvolvidos neste trabalho.

Como elementos fundamentais de consulta saliento, entre outros, os artigos publicados por David Sampaio Barbosa, as obras dos principais biógrafos de Frei Bartolomeu, para o séc. XVI Frei Luis de Sousa que, entre outros aspectos, me fará sentir o ambiente quinhentista que o rodeou e, para o séc. XX, o também dominicano Frei Raul de Almeida Rolo que nos propõe um estudo histórico metódico dos diversos aspectos da vida de D. Frei Bartolomeu; para a temática específica da inquisição ater-me-ei à excelente informação colhida nas obras dos historiadores José Pedro Paiva e Giuseppe Marcocci.

A escolha do tema “D. Frei Bartolomeu Arcebispo de Braga” deve-se a razões que se prendem fundamentalmente com o interesse em analisar e compreender a conjuntura da época, que levou uma personalidade como D. Frei Bartolomeu a evidenciar-se num contexto eclesial de complexos ajustamentos, como foi o séc. XVI europeu e especificamente o português.

1. Vida e tempo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires

Bartolomeu Fernandes do Vale, mais conhecido por Frei Bartolomeu dos Mártires, nasceu em Lisboa em 3 Maio de 1514 e faleceu em 16 Julho de 1590. Seus pais teriam vindo de Verdelha para Lisboa inseridos num movimento migratório das populações do campo para a cidade, acontecido no início do séc. XVI¹.

Para podermos enquadrar o seu percurso formativo, vamos seguir muito de perto a cronologia dos factos que encontramos em Raul Rolo e no seu principal biógrafo do séc. XVI, Frei Luis de Sousa.

Parece-me no entanto importante fazer antes, uma breve passagem pelo perfil da ordem dominicana que teve o seu auge no séc. XVI e onde Frei Bartolomeu iniciou a sua vida. A *Ordo Praedicatorum*, vulgarmente conhecida por Ordem Dominicana, teve origem num grupo de homens orientado por Domingos de Gusmão, no ano de 1215, em Toulouse, tendo sido nesse ano aprovada pelo Papa Inocêncio III. De certo modo a Ordem surgiu como resposta a um problema muito preocupante para a Igreja Católica no séc. XIII, a expansão da chamada heresia dos Cátaros. A novidade do projecto inicial da Ordem estava precisamente no seu carisma apostólico reforçado na bula *Gratiarum omnium*, de 21 de Janeiro de 1217. A pregação assumiu uma posição central e tornou-se vital para a Igreja, para que a evangelização conduzisse à conversão dos hereges ou dos descrentes. Os dominicanos eram mendicantes no seu projecto de vida material, mas promoviam a erudição ao serviço da Igreja católica.

O percurso formativo de D. Frei Bartolomeu deve ter começado na infância com a aprendizagem das primeiras letras no estudo da gramática com um Mestre² e, em 1525 com cerca dos onze anos, teria iniciado os estudos de latinidade. Em 1528, com catorze anos e já com o curso de gramática entrou para o noviciado no Convento de S. Domingos de Lisboa.

¹ ROLO, Raul de Almeida, *Formação e Vida Intelectual de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Edição do Movimento Bartolomeano, Porto 1977, p. 51.

² Ibidem p. 55.

Fez depois o percurso conventual normal como noviço dominicano que terminou com aprovação. A seguir ao noviciado fez a profissão religiosa no convento de S. Domingos em Novembro de 1529. Iniciou assim oficialmente a sua vida religiosa, consagrando-se a Deus e assumindo o serviço apostólico tão bem vincado na ordem dominicana.

Em 1538, já com vinte e quatro anos, terminou a teologia, com o grau de leitor que exerceu no Colégio de Lisboa; em 1551 concluiu os estudos filosóficos e teológicos e foi promovido a Mestre em teologia, no Capitulo Geral da Ordem de Salamanca sob a orientação espiritual do escritor dominicano Frei Luís de Granada.

No início da sua vida académica³, começou por ensinar filosofia e ciências sagradas nos conventos de Lisboa entre 1540 e 1542, na Batalha em Abril de 1542 e Évora em Dezembro de 1552. Relevemos que D. Frei Bartolomeu estudou teologia dentro de uma orientação fiel ao sistema de S. Tomás⁴, e foi também assim que orientou os seus primeiros anos de magistério na Batalha e em Évora.

Entretanto, o Cardeal D. Henrique, de acordo com seu irmão, o infante D. Luis, fundou em 1550 um colégio de sacerdotes recolhidos em Évora, para onde enviou o seu filho D. António, para que estudasse Teologia, com a esperança de fazer dele um clérigo. Em 1552, e a convite do Cardeal, D. Frei Bartolomeu deixava o Convento da Batalha e dirigia-se a Évora, onde exerceu a função de mestre de D. António, futuro prior do Crato.

A nomeação de D. Frei Bartolomeu para este cargo parece ser o primeiro indício de uma maior aproximação entre ele e o Cardeal D. Henrique. Foi também em Évora, como preceptor de D. António, que Frei Bartolomeu teve maior contacto com Frei Luis de Granada e as missões no interior. A partir desse momento Frei Bartolomeu passou a acompanhar a corte na

³ SOUSA, Frei Luis de, *A Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa Novembro 1984, p. 27.

⁴ ROLO, Raul de Almeida, *Bartolomeu dos Mártires, Obra social e educativa*, Biblioteca Verdade e Vida, Movimento Bartolomeano, Porto 1979, p. 20.

sua função de responsável pela educação de D. António⁵. Em Agosto de 1558 foi convidado pela Rainha D. Catarina para assumir a mitra bracarense, convite esse que recusou⁶. Esta sua recusa levou à intervenção do seu Provincial, Frei Luis de Granada, que fazendo-se valer do voto de obediência na ordem o levou à aceitação do cargo. Em Janeiro de 1559 o Papa Paulo IV nomeou-o Arcebispo de Braga no consistório realizado em S. Pedro⁷ e, em Setembro, D. Frei Bartolomeu parte de Lisboa para a sua Arquidiocese no norte do reino.

Sendo já Arcebispo de Braga parte em Março de 1561 para a última fase do Concílio de Trento. Na aula conciliar foi um vibrante defensor da Reforma na Igreja, considerando o múnus episcopal a base do seu projecto de renovação eclesial. De facto o Concílio acabou por ser o areópago onde D. Frei Bartolomeu provou o seu saber e zelo, sendo um dos grandes responsáveis pelos decretos reformadores da Igreja e da sociedade saídos do evento conciliar. As decisões destas importantes matérias tratadas em Trento, foram depois aplicadas na sua Arquidiocese onde D. Frei Bartolomeu “*transformou a doutrina em vida*”⁸.

Embora em tom um pouco laudatório, é interessante a referência a D. Frei Bartolomeu saída da análise de Frei Raul Rolo: “*O Padre de Trento e Pastor de Braga tem as suas raízes lá longe nos claustros da Batalha, na Escola de Évora, no Estudo de S. Domingos de Lisboa. Bartolomeu plantado à beira do rio da sua ciência teológica, foi a árvore a que nunca murcharam as folhas, mesmo quando, como tronco de oliveira antiga, o avanço da idade lhe foi carcomendo o fio da existência*”⁹.

1.1. Contexto social e eclesial da sociedade europeia

D. Frei Bartolomeu viveu no séc. XVI, época de grandes convulsões sociais e religiosas na sociedade europeia. De séculos anteriores vinham os conflitos entre o poder Papal e o poder temporal e as consequências da ida dos Papas para Avinhão, que provocaram uma

⁵ Ibidem, p. 15.

⁶ Ibidem, p. 17.

⁷ ROLO, Raul, *Formação e Vida Intelectual de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, p. 28.

⁸ ROLO, Raul, *Bartolomeu dos Mártires, Obra social e educativa*, Prólogo, 3ª p.

⁹ Ibidem, p. 8.

gravíssima crise religiosa ocorrida na Igreja entre 1378 e 1417, conhecida pelo grande Cisma do Ocidente.

No séc. XVI, o Renascimento trouxe uma grande vontade de autonomia do poder temporal. O fausto e o luxo invadiram a Cúria romana e os paços episcopais, não deixando indiferentes os então denominados Príncipes da Igreja; papas e bispos recorrem sistematicamente ao nepotismo, com o consequente desprestígio; a corrupção que atinge a Igreja, fragiliza a paz social e política, com protestos públicos que vêm a culminar na insurreição de Lutero e na proclamação, por Henrique VIII, duma Igreja autónoma em Inglaterra. Todos estes factos acordaram a sociedade e a Igreja para os perigos do caminho que estavam a trilhar, provocando enormes dúvidas na Fé do homem do séc. XVI. Os valores cristãos estavam a ser intensamente abalados.

O despertar do Renascimento conduziu a profundas mudanças no pensamento da época, e a fractura religiosa acontecida na sociedade ocidental, através do movimento reformista de Lutero, conduziu a enormes alterações no cristianismo que tinha vigorado com alguma estabilidade durante cerca de um milénio. Passámos de uma sociedade de cristandade, onde o caminho de salvação era entendido e aceite por todos, para uma situação onde os dogmas da Igreja eram postos em dúvida e, portanto, a salvação individual perdeu as suas orientações definidoras no caminho do viver cristão.

Simultaneamente, com a divisão política/religiosa, emerge a formação dos estados modernos e a expansão ibérica para fora do continente europeu, que arrasta com ela o importante fenómeno da missionação. O mundo não se limitava mais à Europa, mas alargava-se a novas realidades que trouxeram outros horizontes de conquista e expansão religiosa.

Geograficamente assiste-se à expansão religiosa; as instituições dão-se conta de desajustamentos da sua cultura de matriz cristã. Dá-se a fractura entre reformadores e

católicos, assumida no Concílio de Trento, e que é levada para os novos mundos descobertos. O novo mundo amplia a disputa religiosa para fora do continente europeu.

A emergência dos estados modernos tem um forte impacto na vida religiosa, através dos protagonismos do imperador Carlos V do Sacro Império Romano-Germânico, de Francisco I de França e de Henrique VIII de Inglaterra, que levam ao enfraquecimento dos poderes religiosos, nomeadamente o papal, e marcam a Igreja desde o séc. XVI até hoje. A Europa começa a fragmentar-se em países politicamente independentes. A formação das monarquias nacionais trouxeram consigo um sentimento de nacionalidade às pessoas que habitavam uma mesma região. Este facto motivou o declínio da autoridade papal, pois o rei e a nação passaram a ser mais importantes para a sociedade que o poder do Papa. Com isto surgiu naturalmente o desejo de cada governante de se sentir livre de um poder central e dominador como era o papado, e passar a assumir um papel mais activo na resolução dos problemas políticos do seu reino.

Podemos concluir que as alterações que o renascimento trouxe á sociedade europeia do séc. XVI a tornou mais aberta à descoberta científica e cultural. As fracturas religiosas angustiavam o homem de quinhentos, que num curto espaço de tempo viu desmoronar-se uma sociedade de cristandade que o acolhia e lhe dava todo o conforto espiritual, cultural e social de que necessitava. O homem quinhentista viu-se lançado num ambiente de dúvidas reais que lhe criavam grande ansiedade: catolicismo ou protestantismo, qual a facção cristã que nos salva? A terra é redonda ou não? Onde acaba o mar? Os povos recém-descobertos têm alma? Poderão ser baptizados?

De todas estes problemas que se colocavam ao homem de quinhentos, a problemática religiosa surgia no homem comum na centralidade do problema da «salvação». Na verdade a salvação tocava em dois temas fundamentais da vida humana:

- A que nos destinamos? Qual é o sentido da vida?
- Quem tem legitimidade para assegurar um caminho de salvação?

A sociedade europeia mudou muito em consequência dos factos atrás citados, que vieram alterar profundamente a experiência cristã desses tempos. A disputa religiosa do século XVI não pôs em causa a compreensão da sociedade enquanto Cristandade, antes a transformou num *plural*: cristandades. Foram todos estes problemas que vieram a desaguar na aula conciliar em Trento a partir de 1545.

Após este enquadramento histórico temos de ter presente a questão fundamental que se põe a todos os estudiosos deste século: como é que depois de um crescimento prodigioso do Cristianismo - de uma sociedade que se percebia como *res publica christiana* – dá-se a sua implosão; isto é, como é que no ocidente se gera uma sociedade de cristandade, e ao mesmo tempo se gera também uma dinâmica que vai fazer implodir esta mesma sociedade? A resposta de muitos historiadores pode estar no conceito de Reforma.

1.2. O conceito de Reforma

A História da Igreja, revela-nos ciclos de estabilidade e de instabilidade na experiência cristã ao longo dos séculos. Esta experiência foca-se na centralidade da pessoa, enquanto sujeito de si, da sociedade e da história e sempre se jogou no fazer e no ser da humanidade. Na verdade não há experiência cristã na história sem *ecclesia*, e por isso a Igreja está sempre associada à dinâmica eclesial da comunidade cristã.

A questão que se coloca é saber como a experiência cristã modelou a humanidade e como é que a humanidade modelou a experiência cristã, visto que ela está constantemente a ser vivida e alterada. Podemos dizer que não há experiência cristã, na história, sem a *ecclesia*, sendo esta olhada como assembleia de homens livres. Por isso, faz todo o sentido ver o início do cristianismo quando as comunidades em *ecclesia* começaram a viver e a tentar compreender as lições de Jesus Cristo.

Para percebermos a dinâmica reformadora temos de ver o cristianismo não como uma ideia, não como uma associação, mas sim como uma vivência comunitária que reflecte a experiencia de Jesus ao longo do tempo. Isto é a Igreja na história.

Os ciclos de instabilidade resultam normalmente da dinâmica societária que a experiencia cristã vai vivendo ao longo do tempo e são normalmente resolvidos por acções da Igreja a que chamamos reformas.

A todas as reformas são comuns dois elementos basilares:

“restauração” da forma primitiva e

“adaptação” às realidades e características novas de cada fase da vida do mundo¹⁰.

A Igreja esteve e está em permanente movimento de reforma, a que podemos chamar dinamismo de reforma, a fim de remediar ou enfrentar situações sempre novas, que vão surgindo dos movimentos da sociedade. Mas, como é natural, a história regista períodos em que a reforma da Igreja se torna mais premente e evidente conforme se agudizam as fracturas societárias. Neste sentido poderemos dizer que a reforma é tão velha quanto a Igreja.

A hierarquia cristã do séc. XVI encontrou, no segundo milénio, uma concepção reformadora com uma história de intenso dinamismo societário. Assim, este ajustamento tornou-se inadiável sob pena de haver um completo desfasamento entre a Igreja e a sociedade, sendo que a experiencia cristã só faz sentido mergulhada na comunidade que a rodeia. É este desencontro entre a estrutura da Igreja e a sociedade quinhentista que vai desaguar em Trento e que D. Frei Bartolomeu soube tão bem interpretar no seu tempo. De facto, o Arcebispo bracarense soube bem analisar a situação decadente da Igreja e da sociedade em geral no séc. XVI e defender no Concílio os aspectos fundamentais da Reforma disciplinar adequada às necessidades sociais da época, tendo em vista o fim fundamental da missão pastoral da Igreja.

¹⁰ ROLO, Raul de Almeida, *“Função Apostólica da Visita Pastoral Segundo O Venerável Bartolomeu dos Mártires”*, Lusitania Sacra, Série 1, Tomo 6, 1962-1963, p. 137.

1.3. Decadência do clero

A decadência do clero no séc. XVI era clara e lamentável. Esta decadência pode ser olhada pelo plano do desconhecimento dos saberes religiosos: bíblia e teologia; e pelo plano ético e moral.

O desconhecimento dos saberes religiosos, referido por Frei Almeida Rolo¹¹ com o exemplo de cidades sem sacerdotes aptos para o ensino dos rudimentos da doutrina cristã, sem saberem confessar ou até incapazes de aprender a fórmula da consagração. Também Hugo Ribeiro da Silva refere a ignorância do clero, em geral, mas não o considera em bloco com tal designação, embora refira “*os próprios Bispos medievais ordenavam clérigos pouco instruídos, contrariando as decisões que eles próprios publicavam nos sínodos que convocavam*”¹².

Como à frente veremos, a evidência desta ignorância clerical conduz à decisão tridentina de construir seminários diocesanos e outras escolas que permitissem diminuir a ignorância dos sacerdotes e de outros agentes religiosos.

No plano ético e moral a situação era muito crítica¹³. Verificava-se um absentismo generalizado do clero paroquial, a acumulação de benefícios por cupidez de rendas, grande falta de zelo nas suas funções pastorais tanto no alto como no baixo clero, nicolaísmo acompanhado muitas vezes de concubinato. O Arcebispo de Grenoble, Cardeal Le Camus, refere, em fins do séc. XVII, que a esmagadora maioria do seu clero é corrupto; afirmava que

¹¹ ROLO, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral, segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Biblioteca Verdade e Vida, Movimento Bartolomeano, Porto 1964, p. 158.

¹² SILVA, Hugo Ribeiro da, “*O concílio de Trento e a sua recepção pelos cabidos das catedrais*”, in BARBOSA, David Sampaio, GOUVEIA, António Camões, PAIVA, José Pedro, *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas-olhares novos*, Centro Estudos História Religiosa, Lisboa 2014, p. 83.

¹³ SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga no sec. XVII, Sociedade e Mentalidades pelas Visitações Pastorais, (1550-1700)*, Tese de Doutoramento em História, Universidade do Minho, Braga 1977, pp. 106-119.

talvez dez em trezentos não o fossem e praticamente todos os padres e religiosos são ignorantes e viciados (...) ¹⁴.

O envolvimento com a política e jogos de poder dos estados pontifícios conduziu a um progressivo afastamento do Evangelho. Os Bispos acumulavam benefícios de várias dioceses que nem sequer conheciam nem habitavam, deixando os diocesanos sem Pastor. A Igreja enfraqueceu porque a sua cúpula abandonou a prática apostólica, deixando entregue a si mesmo o povo pelo qual se tinha responsabilizado.

O baixo clero era pobre, sem prebendas, inculto e dado à prática do comércio para sobreviver. Para além da sua impreparação religiosa levava uma vida de imoralidade tanto no concubinato como na procura de benefícios.

“De facto os padres revelam-se muitas vezes abaixo das suas tarefas” ¹⁵. Pelo concubinato, acontecia muitas vezes serem os seus filhos os ajudantes quando não os seus sucessores. No entanto, o pior era a sua ignorância, a sua falta de formação e zelo, cada vez mais difícil de controlar face ao excessivo número de sacerdotes. A decadência sacerdotal tinha-se tornado muito acentuada desde o fim do sec XV e durante o séc. XVI ¹⁶. A Igreja estava sem instituições e instrumentos que permitissem a formação religiosa dos sacerdotes, a sua escolha, a sua subsistência como seres humanos, sem disciplina reguladora da actividade dos seus prelados. Ora tudo isto se passava num quadro societário de grande instabilidade e desconhecimento das verdades cristãs e vivendo-se num ambiente de crescente imoralidade. A situação do clero no séc. XVI tornou-se assim insustentável e surgiu naturalmente como aceitável para esta sociedade a necessidade de uma reforma que credibilizasse a Igreja e a orientasse no caminho da salvação.

¹⁴ LIMA, José da Silva, VARANDA, Isabel, *“As grandes linhas da acção pastoral de D. Frei Bartolomeu”*, THEOLOGICA, II série, Vol. XXXVII, Fasc. 2, p. 256, citando P. BOUTIN, *La Reforme Pastorale en France au XVII^e siècle*, Paris : 1956, T. I. p. 16.

¹⁵ PIERRARD, Pierre, *História da Igreja Católica*, S. Paulo, Paulus, Reimpressão 2012, p. 209.

¹⁶ BOUMAN, C. A., TUCHLE, Germano, *Nova História da Igreja*, vol. III, Editora Vozes, Petrópolis 1971, pp. 26-30.

De facto, por razões várias e complexas, tanto o alto como o baixo clero tinham-se afastado muito da missão que Cristo nos deixou. Acentuava-se, sem dúvida, a responsabilidade da Igreja como um todo e impunha-se a necessidade de travar e inverter esta situação que era uma realidade em toda a Europa.

1.4. Situação na Arquidiocese de Braga antes da entrada de D. Frei Bartolomeu dos Mártires

Como no resto da Europa, “*não era bom o estado da ordem eclesiástica na primeira metade de Quinhentos devido à crise dos finais da Idade Média, à ignorância e ao novo espírito e ideal do Renascimento que, defendendo primordialmente os valores pessoais, as realizações humanas e a cultura profana, gerou exigências económicas enormes satisfeitas na maioria dos casos à custa da nefasta acumulação de benefícios e do consequente absentismo*”¹⁷. De facto, o clero bracarense não se diferenciava muito do congénere europeu, abundava o absentismo nas paróquias, acumulavam-se os benefícios das rendas, grassava a ignorância religiosa, estava espalhado o concubinato e os maus costumes. Tudo isto retirava ao sacerdote a dignidade necessária para cumprir minimamente a sua função de pastor de almas.

Desde o séc. XIV que permanecia a ignorância religiosa e cultural na Arquidiocese, o que torna compreensível a urgência que o Arcebispo imprimiu à preparação teológica, cultural e moral dos agentes de evangelização, na estratégia do seu projecto pastoral¹⁸ que tinha como objectivo principal a cura das almas na sua grei.

A situação do mundo laico era semelhante à do clero, pois grassavam os mesmos defeitos básicos¹⁹. O comportamento moral das populações não era compatível com a dignidade cristã. Abundava o concubinato acompanhado de bigamia, os dias santos não eram respeitados, pois não se assistia à missa e executavam-se trabalhos pesados. O ofício do visitador tornava-se inútil, pois as suas recomendações não eram aceites nem seguidas, o que configurava uma

¹⁷ SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga*, p. 106.

¹⁸ ROLO, Raul de Almeida, *Bartolomeu dos Mártires, Obra social e educativa*, pp. 99-111; ROLO, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral*, pp. 157-212.

¹⁹ ROLO, Raul de Almeida, *Bartolomeu dos Mártires, Obra social e educativa*, pp. 119-126.

grande falta de respeito pelo clero que ainda se entregava com zelo à sua missão. Tudo isto são casos demonstrativos do estado de decadência da sociedade na Arquidiocese, à chegada de D. Frei Bartolomeu.

Este era o cenário clerical e social que D. Frei Bartolomeu veio encontrar na Arquidiocese de Braga em finais de 1559.

Antes de Trento²⁰ já encontrávamos sinais de alguns esforços diocesanos no caminho de Reforma. Obras já realizadas por vários Bispos, desde D. Jorge da Costa até D. Frei Baltazar Limpo, procuravam lutar contra a crescente decadência da sociedade. No entanto, é com os decretos do Concílio de Trento e já com D. Frei Bartolomeu que a implementação de uma verdadeira Reforma vai surgir na Arquidiocese de Braga, como iremos analisar mais à frente.

²⁰ SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga no sec. XVII*, p. 126.

2. D. Frei Bartolomeu dos Mártires em Trento e no pós-Trento

2.1. Do Barroso a Trento

Este é um subtítulo utilizado por Frei Raul Rolo²¹ e que acho bem elucidativo como introdução a este capítulo dedicado à participação de D. Frei Bartolomeu em Trento. Na verdade, as ideias reformistas que já pertenciam ao arco do pensamento do Arcebispo foram vividas, experimentadas e testadas no ano e meio que passou na sua Arquidiocese, antes de partir para Trento. O início da terceira fase do Concílio tridentino deu-lhe a possibilidade de poder contribuir, com as suas ideias e a experiência bracarense, para o caminho reformador já iniciado na aula conciliar²².

Antes de partir D. Frei Bartolomeu estava muito preocupado com a sua Arquidiocese, e não a queria deixar sem um responsável por si escolhido que continuasse o trabalho por ele já iniciado. Decidiu então deixar no governo da Arquidiocese alguém da sua inteira confiança e escolheu para tal missão o Padre Frei João de Leiria. Com esta garantia de tranquilidade na gestão diocesana pôde partir para Trento com a vontade imensa de contribuir para os inadiáveis objectivos de reforma.

D. Frei Bartolomeu entrou na Arquidiocese de Braga em 2 de Outubro de 1559 e partiu para Trento em 24 de Março de 1561, isto é, esteve no cargo apenas um ano e meio antes de partir para o Concílio. O Arcebispo aproveitou este tempo para confirmar nas suas visitas, os graves problemas que afligiam o clero e a sociedade do seu tempo. Braga, como uma grande e antiga Arquidiocese, era bem um exemplo da decadência societária e religiosa que se vivia. Os Bispos, o clero e o povo tinham enraizados hábitos e vícios que de forma alguma se configuravam com o ideal de sociedade e serviço pastoral que claramente D. Frei Bartolomeu defendia.

²¹ ROLO, Raul de Almeida, *Bartolomeu dos Mártires, Obra social e educativa*, p. 37.

²² BARBOSA, David Sampaio, “Arquétipo de pároco na vida e na obra de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo de Braga (1559-1582): uma aproximação histórica”, *Lusitania Sacra, Série 2, Tomo 23, 2011*, pp. 59-76.

Em Braga, D. Frei Bartolomeu é confrontado com um clero com todos os defeitos atrás referidos e que não estava de acordo com o espírito de pastoreio de almas que ele tanto desejava. O Arcebispo estava absolutamente convicto que a estrutura da Igreja tinha que ser reformada para se atingirem os desígnios apostólicos formulados há quinze séculos. As carências descobertas na sua Arquidiocese não eram só fruto da negligência dos homens, eram também resultado do estado geral da Igreja, herdada de outras eras.

2.2. Exigências de uma reforma

O Arcebispo chegou a Trento em 18 Maio de 1561 e esteve cerca de oito meses aguardando o início do Concílio. Este tempo foi aproveitado numa intensa preparação teológica e histórica para que pudesse intervir com credibilidade na aula conciliar²³. No convento de S. Lourenço onde estava hospedado, dispunha de uma excelente biblioteca sobre temas bíblicos, teológicos e canónicos que o habilitaram a poder, posteriormente, formular na aula conciliar as propostas que compaginavam a sua ideia de reforma da Igreja universal.

Por ter sido o primeiro prelado, não italiano, a chegar à reunião conciliar foi motivo de excelente recepção pelos delegados do Papa que até aí só contavam com os dez Bispos italianos para um Concílio que se queria universal. Este facto e o subsequente apoio do Papa permitiu ao bracarense ganhar alguma autoridade que se veio a reflectir mais tarde na aula conciliar²⁴.

Com a curta mas intensa experiencia na sua Arquidiocese, afirmou o Arcebispo o seu interesse em que os decretos de reforma que saíssem de Trento fossem consistentes na mudança e corajosos na aplicação, mesmo que fossem contra os poderosos interesses dos Bispos presentes.

²³ BARBOSA, David Sampaio, *“Stimulus Pastorum: Texto e contexto de uma proposta de renovação”*, Lusitania Sacra, Série 2, Tomo 15, 2003, p. 24.

²⁴ ROLO, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral*, pp. 311-312.

A sua acção começou a ter visibilidade quando percebeu que as matérias a discutir nas primeiras sessões nada tinham a ver com a urgência das suas ideias de reforma do clero²⁵. Na verdade os Bispos sentiam-se atingidos nos seus privilégios e prebendas e não estavam interessados em discutir estes temas. Esta atitude negativa dos Bispos deu ao Primaz de Braga alento para continuar a sua luta de persuasão para que se atingisse uma profunda reforma no clero, lembrando aos seus pares “*que eram todos médicos e pera curarem a Cristandade estavam ali juntos, curassem primeiro a si mesmos ... pois eles eram os primeiros do corpo da cristandade...*”²⁶. Na verdade os bispos no Concílio não tinham intenção de mudar muita coisa relativamente ao clero. Pelo contrário, o bracarense achava que a cura da Igreja devia começar ali mesmo pelos prelados e príncipes da Igreja, acabando “*com faustos e vaidades com que viviam alguns prelados e outros eclesiásticos*”²⁷. E, pela sua importância, este devia ser o tema inadiável. De facto, no fim, conseguiu ganhar esta aposta.

As suas intervenções evidenciaram na aula conciliar a vontade bem determinada de não adiar a discussão de uma verdadeira reforma do clero que incluísse os próprios Cardeais. Com a clareza das suas exposições acabou o Arcebispo por trazer para o seu lado a vontade dos Cardeais legados.

Foram no entanto vários os choques havidos por D. Frei Bartolomeu com os cardeais e restantes Bispos relativamente a pontos essenciais da reforma do clero, nomeadamente no que diz respeito à obrigatoriedade de residência do Bispo na diocese, bem como a não acumulação de dioceses²⁸, e que para ele faziam parte integrante do seu conceito de prelado.

A obrigatoriedade de residência encontrou grande oposição por parte dos antístites, pois ia criar sérios problemas a todos aqueles que acumulavam dioceses para receberem mais benefícios. Por outro lado, os Bispos passavam a ser obrigados a intenso trabalho no ofício

²⁵ SOUSA, Frei Luis de, *A Vida de D. Frei Bertolomeu dos Mártires*, p. 181.

²⁶ Ibidem, p. 181.

²⁷ Ibidem, p. 182.

²⁸ Ibidem, p. 185.

pastoral junto da grei e a serem responsáveis pela administração da sua diocese²⁹. Recordemos que a situação diocesana genérica a resolver em Trento era de uma Igreja sem pastores, onde os fregueses não conheciam a cara do seu cura nem da sua boca ouviam a palavra de Deus continuando, no entanto, a pagar os seus dízimos sob a ameaça de excomunhão.

Entretanto, as discussões arrastavam-se porque o alto clero não aceitava a perda dos seus grandes privilégios. Os interesses em jogo eram complexos e de natureza muito diversa. Hubert Jedin³⁰ descreve-os com muito detalhe e dá-nos um quadro realista do confronto das diversas tendências que iam surgindo na aula conciliar, quando se discutiam as definições mais importantes. Para termos uma ideia da intensidade destes confrontos lembremos que a propósito da perda de privilégios se chegou a perguntar “*de quem recebiam os Bispos o poder que exercitavam e a jurisdição que tinham, se de Cristo se do Papa*”³¹.

Nas sessões que se celebraram, D. Frei Bartolomeu tornou-se notado pela persistência com que tratava da reforma dos costumes eclesiásticos. De facto, embora o grupo ibérico fosse o mais numeroso a seguir ao italiano, acabou por ser mais decisivo nas questões de Reforma, pela qualidade do protagonismo de alguns bispos de Espanha, mormente D. Pedro Guerrero, arcebispo de Granada e do arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires³².

Na reflexão de D. Frei Bartolomeu sobre a reforma da Igreja o que mais o preocupava era sem dúvida a reforma do clero, pois achava que sem ela nunca se conseguiria atingir o seu objectivo maior: a cura de almas. O triunfo da sua tese conduziu os padres conciliares a reverem o que realmente estava incorrecto na Igreja do seu tempo, de modo que os decretos

²⁹ JEDIN, Hubert, *Historia del Concílio de Trento*, Vol. II, 3º Período: conclusão, Ediciones Universidad de Navarra SA, Pamplona 1981, p. 122; ROLO, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral*, pp. 63-64.

³⁰ JEDIN, Hubert, *Historia del Concílio de Trento*, Vol. II, 3º Período, caps. II e III.

³¹ SOUSA, Frei Luis de, *A Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, p. 185.

³² BARBOSA, David Sampaio, “*Portugal em Trento. Uma presença discreta*”, Lusitania Sacra, Série 2, Tomo 3, 1991, p. 36; JEDIN, *Historia del Concílio de Trento*, p. 131.

aprovados fossem eficazes. Latrão³³ não se poderia repetir, a reforma não podia ser mais adiada.

Por isso as suas propostas na aula conciliar centraram-se em primeiro lugar no papel do Bispo e na instituição de seminários, ponderando qual deveria ser a responsabilidade bispal na área funcional, no seu enquadramento institucional, na sua preparação religiosa e até como se deveria proceder à sua escolha. D. Frei Bartolomeu bateu-se com ardor na defesa do direito divino de residência para os bispos, por considerar assunto absolutamente vital para a cura das almas, contra todos aqueles que desfrutavam dos rendimentos de várias dioceses sem terem a obrigatoriedade de lá viver. Sem esta proximidade do prelado aos fiéis, a cura das almas não seria eficaz nem credível.

Na sua obra *Stimulus Pastorum*, procurou traçar o perfil ideal de um Bispo³⁴. Lá encontramos a sua preocupação relativamente à reforma do clero, sem a qual o múnus episcopal ficaria amputado na sua principal tarefa: a cura de almas. Esta obra, escrita provavelmente no último ano em Trento, acabou por ser um guia espiritual e pastoral do modelo de Bispo que D. Frei Bartolomeu defendia.

Na sua reflexão sobre a urgente reforma da Igreja, a centralidade do Bispo era fundamental, e por isso, o *Stimulus Pastorum* aponta claramente para um ideal de serviço episcopal centrado na aproximação e dedicação à vida dos fiéis. Mas, para o sucesso do múnus episcopal que preconizava era essencial credibilizar a escolha dos prelados e tornar qualificada a formação do clero. Por isso o bracarense afirmou em Trento: “*Se se não começar pelo exame dos bispos*

³³ O V concílio de Latrão, 1512-1517, acabou por ter um fraco impacto na história da Cristandade, devido à reduzida participação de padres conciliares. A questão julgada mais importante para o arranque dos trabalhos foi a da reforma do clero e dos fiéis, desideratos que foram adiados para o concílio seguinte, e que só surgiria com pouca convicção em 1545, em Trento, já na ressaca da Reforma Protestante. Dizem alguns historiadores, que o papado perdeu a oportunidade de se ter antecipado a Lutero e aos reformadores em matéria de reforma religiosa (BOUMAN, C. A., TUCHLE, Germano, *Nova História da Igreja*, vol. III, pp. 33, 37, 142; PIERRARD, Pierre, *História da Igreja Católica*, pp. 213-215).

³⁴ BARBOSA, David Sampaio, “*Stimulus Pastorum*”, *Lusitania Sacra*, 15, 2003, p. 26.

*e pela instituição dos seminários, não sei por onde iniciar a reforma, pois estas hão-de ser os dois pilares dela”*³⁵.

Na Igreja clericalizada do séc. XVI sentia-se o desgaste de erros acumulados durante séculos, tempo em que não soube acompanhar a dinâmica societária que se foi desenvolvendo no fim da cristandade medieval. Assistia-se a uma abundância de clero muito impreparado e mal enquadrado por uma hierarquia que se tinha afastado das verdadeiras responsabilidades da Igreja peregrina ao serviço do próximo que Cristo nos tinha deixado. Para além do comportamento imoral generalizado, o absentismo do alto clero e dos párocos era um sério problema da Igreja³⁶, que Trento tinha de reformar.

Assim, D. Frei Bartolomeu conseguiu fazer valer um conjunto de princípios que valorizavam a responsabilidade do Bispo para que, com mais autoridade, pudesse melhorar a sociedade da sua diocese. Dentro desta linha reformadora a partir da experiência vivida na sua Arquidiocese, acabou por apresentar no Concílio mais de duas centenas de petições³⁷ como síntese das interpelações que sentia necessárias para a urgente reforma da Igreja.

Na procura de novos equilíbrios de poderes no séc. XVI foi evidente que os decretos conciliares tiveram grande influência nas relações entre a Igreja e a Coroa³⁸. Com a centralização tridentina das reformas religiosas diocesanas nas figuras episcopais, a Igreja não só adquiriu um carácter mais humano e mais próximo, focado nos antístites, como também

³⁵ ROLO, Raul de Almeida, *Bartolomeu dos Mártires, Obra social e educativa*, p. 49, citando Concilium Tridentinum II, Edição Gorres-Gesellschaft, p. 864.

³⁶ Ibidem, p. 49.

³⁷ ROLO, Raul de Almeida, “Venerável D. Frei Bartolomeu dos Mártires - O Arcebispo Santo”, Artigo publicado nas comemorações dos 500 anos de nascimento do Beato Frei Bartolomeu dos Mártires, Academia das Ciências, Lisboa 2014, p. 16; *Documenta Bartholomaena Tridentina, Intervenções Conciliares*, pp. 23-81.

³⁸ COSTA, Susana Goulart, “A Reforma Tridentina em Portugal: Balanço historiográfico”, *Lusitania Sacra*, Série 2, Tomo 21, 2009, p. 239.

instaurou um processo semelhante ao da centralização política acontecido na modernidade, com o nascimento das monarquias absolutas³⁹.

Ao mesmo tempo que urge uma reforma da Igreja e da sociedade emergem na Europa os estados modernos ganhando a política uma relevância importante. No caso do reino de Portugal, os vários agentes em cena mostravam-se muito activos na disputa de parcelas de poder que lhes permitisse ganhar lugar visível no teatro político que surgia no séc. XVI. A Igreja que tivera um papel fulcral na sociedade de cristandade durante a Idade Média, voltou a ganhar grande protagonismo nos idos de quinhentos. E porquê? Entre outras razões, porque a Igreja ganhou força com as decisões da reforma tridentina em geral e, em particular, pela instituição de uma estrutura em rede de Paróquias e Dioceses em todo o território nacional. De facto, a importância e valorização do *múnus episcopal*, saído da reunião ecuménica, traduziu-se num factor de poder disciplinador legítimo tanto do clero como da população diocesana.

Esta rede de controlo tinha uma importante dimensão hierárquica que era o garante de toda a estrutura e, por isso, era atractiva para o interesse político da Coroa. A rede de comunicação que funcionava verticalmente nos dois sentidos, começava no Papa, passava pelos Bispos diocesanos e acabava nas paróquias, era sustentada pelo invisível poder da obediência religiosa, cuja sede é a consciência de cada fiel. No nível paroquial, encontra-se o sacerdote que contacta directamente com os fiéis da sua freguesia, que familiarmente conhece e ensina na homilia da celebração dominical, que ouve em confissão e que guia espiritualmente, de acordo com a ética cristã, no caminho da salvação por eles tão desejada⁴⁰.

Pela importância que a referida rede paroquial assumiu no controle das populações, as nomeações dos prelados passaram a ser o resultado de um jogo de poderes e de influências

³⁹ Ibidem, p.239; PAIVA, José Pedro, *"A Igreja e o Poder", Interpenetração da Igreja e do Estado*, In AZEVEDO, Carlos Moreira (direcção), História Religiosa de Portugal, Vol. 2, Círculo de Leitores SA e Autores, Rio de Mouro Dezembro 2000, pp. 137-143.

⁴⁰ SENOS, Nuno, *"A Coroa e a Igreja na Lisboa de Quinhentos"*, Lusitania Sacra, Série 2, Tomo 15, 2003, p. 1.

diversas, partilhado entre reis, papas e candidatos às prelaturas. Para além disto, a coroa portuguesa no séc. XVI tinha perfeita noção da importância da Igreja na harmonia social que permitia a estabilidade do reino. Pelas implicações societárias que teve, envolvendo as relações entre a Igreja e o poder real, podemos hoje afirmar que Trento acabou por configurar o catolicismo até aos nossos dias.

2.3. Debates e intervenções em Trento: Bispos e Seminários

D. Frei Bartolomeu deixou bem claro na aula conciliar qual o perfil desejável para um Bispo⁴¹. O Bispo como sucessor dos Apóstolos tinha como função principal ensinar bem a doutrina apostólica, com um múnus muito simples: a salvação das almas. Para tal, considerava a sua pregação como a tarefa principal e permanente, que deveria ser feita visitando pessoalmente todas as paróquias da Diocese. Mas voltemos à realidade da Igreja quinhentista do séc. XVI representada na aula conciliar pelos Bispos presentes; podemos dizer que a maioria deles se tinha afastado do ideal sublime que os deveria conduzir: o pastoreio das almas. A experiência do bracarense na sua Arquidiocese era uma amostra do que se passava no clero europeu atrás referido. Dos muitos exemplos⁴² citados por Frei Almeida Rolo podemos referir alguns factos, hoje estranhos, na nomeação dos Bispos dessa época: D. João III, com autorização do Papa Adriano VI, nomeou Arcebispo de Lisboa e Évora, o seu irmão D. Afonso, com apenas catorze anos; vinte anos antes o Rei D. Manuel nomeara Primaz o seu bastardo D. Duarte com apenas dezanove anos; o caso incomum e estranho do velho cura, que ao saber da chegada próxima do Arcebispo em visita pastoral, pôs os latagões dos doze filhos de varapau na mão a guardar as velas de acesso à freguesia...; o Beato Inácio de Azevedo, neto do Bispo do Porto, D. João de Azevedo, era filho de D. Manuel de Azevedo, Comendatário de S. Martinho de Braga, Freguesia do Bustelo e abade de Alpendorada, e da beneditina D. Francisca de Abreu ... Aliás, foi este tipo de situações devassas, que levou o Arcebispo a queixar-se na aula conciliar tridentina de ter o coro da Sé repleto de pais e filhos,

⁴¹ ROLO, Raul de Almeida, *Bartolomeu dos Mártires, Obra social e educativa*, p. 52.

⁴² Ibidem, pp. 54-55.

e de no Concílio Provincial Bracarense ter proibido os clérigos terem em casa os filhos ilegítimos⁴³.

Para D. Frei Bartolomeu era à Igreja reunida em Trento que cabia a responsabilidade de pôr em decreto as medidas necessárias para acabar com este tipo de nomeações e situações, em desacordo com os princípios da Igreja Católica e completamente fora do que ele defendera no seu *Stimulus Pastorum*. Na obra *Stimulus Pastorum: Texto e Contexto de uma Proposta de Renovação*⁴⁴, David Sampaio Barbosa refere que o paradigma de Bispo defendido por D. Frei Bartolomeu foi construído a partir das leituras de grandes Padres da Igreja como Gregório Magno, Bernardo de Claraval, Agostinho de Hipona, João Crisóstomo e outros. Dentro da melhor tradição da Igreja, soube o nosso Arcebispo captar em cada um, os aspectos mais relevantes do seu múnus episcopal e dar-lhes sentido para a vivência particular do séc. XVI. Sente-se ao longo do seu texto a permanente preocupação de Reforma da Igreja, na qual a função do Bispo, o seu enquadramento diocesano e a clareza do seu múnus episcopal e pastoral, eram absolutamente centrais. De facto, a sua obra *Stimulus Pastorum* deixa indicações que apontam para um múnus episcopal próximo da grei e a ela totalmente dedicado.

Mas, para que surgisse o novo Bispo com que D. Frei Bartolomeu sonhara era necessário alterar o procedimento da sua escolha, da sua nomeação. Um candidato ao episcopado deveria possuir uma inteligência esclarecida nas ciências sagradas e ser um homem de Deus pelas virtudes e qualidades humanas. Propunha ainda o bracarense que a sua avaliação de conhecimentos fosse da responsabilidade do Metropolitano. Claro que um exame não era coisa que agradasse aos que defendiam os privilégios dos Bispos, como até aí existiam.

Nas sessões finais do Concílio, D. Frei Bartolomeu indigna-se com os termos demasiado genéricos e suaves do primeiro cânone do decreto geral de reforma, dizendo que ele “*exprime*

⁴³ ROLO, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral*, p. 162.

⁴⁴ BARBOSA, David Sampaio, “*Stimulus Pastorum*”, *Lusitania Sacra*, 15, 2003, p. 30.

*bem uma óptima intenção mas de facto é um péssimo decreto, ou melhor nem decreto se pode chamar*⁴⁵, explicando a seguir ao auditório que fazia uma inaceitável distinção de tratamento entre sacerdotes e Bispos.

No que se refere à função dos sacerdotes defende que estes não podem sacrificar a salvação das almas à sua comodidade. Lembra ainda que tudo o que foi dito da precária situação do estado episcopal se verifica, com muito maior gravidade, nos sacerdotes e clérigos menores e, mais uma vez, não deixa de citar o estado deplorável que encontrou na sua Arquidiocese. Também não se coíbe de propor um conjunto de regras para melhorar o acesso à clerezia fazendo diminuir a corrida indiscriminada à tonsura clerical, propondo *numerus clausus* e idades mínimas de admissão aos vários graus. Para tornar exigente a carreira eclesiástica, apresentou no Concílio petições para a criação de seminários⁴⁶, com frequência obrigatória, para a formação humana e espiritual, teológica e pastoral dos sacerdotes.

No seu catecismo, tenta elevar a imagem degradada que o sacerdote oferecia à sociedade, descrevendo um perfil ideal, através de figuras de retórica que realmente conduzissem esta classe sacerdotal a uma elevação das qualidades cristãs imprescindíveis para o serviço pastoral que lhe cabia, como mediadora perante Deus⁴⁷.

A reforma do clero secular saída de Trento teve directrizes bem definidas que já referimos, como a obrigatoriedade de residência e a impossibilidade de acumular benefícios, a promoção do clérigo a cura de almas; mas também foi explícita quanto aos outros meios de preparação do clero, como a criação de seminários e universidades. Na sessão 23, Cap. XVIII de

⁴⁵ ROLO, Raul de Almeida, *Bartolomeu dos Mártires, Obra social e educativa*, p. 59. Procurei esta citação nos relatos das sessões conciliares mas nunca a consegui localizar.

⁴⁶ BARBOSA, David Sampaio *“Arquétipo de Pároco”*, Lusitania Sacra, 23, 2011, p. 70; Sessão XXIII, De reformatione, Cap. XVIII.

⁴⁷ ROLO, Raul de Almeida, *Bartolomeu dos Mártires, Obra social e educativa*, p. 66.

Reformatione⁴⁸, o Concílio decretou e detalhou como construir, dotar e organizar um seminário.

Instituindo os seminários⁴⁹, o Concílio de Trento analisou correctamente a má formação dos clérigos desse tempo e deu à Igreja um importante legado sobre o qual insistirão posteriormente os dois Concílios contemporâneos. Em Braga, como referiremos no Cap. 3, foram muitos os problemas que o Arcebispo teve que enfrentar para conseguir construir e manter o seminário conciliar pois para tal, teve de impor taxação em quase todos os rendimentos eclesiásticos⁵⁰.

D. Frei Bartolomeu, superadas as angústias sofridas na luta pela reforma que sempre defendeu, manifestou grande alegria, no fim do Concílio, pela renovação operada na última fase de Trento. Numa carta de despedida ao Bispo Carlos Borromeu dizia: *“A conclusão do Concílio excedeu toda a nossa expectativa. Abriu-se e derramou-se sobre nós o tesouro da divina misericórdia mais do que desejávamos e mereciam as nossas preces [...]. Agora só nos resta empenharmo-nos a fundo em pôr em prática o que ficou decretado, e para isso esperamos o seu eficaz apoio”*⁵¹.

Foi com esta atitude demonstrativa da sua vontade de reformar a Igreja que Bartolomeu deixou Trento e regressou à sua Arquidiocese bracarense, onde chegou em 26 de Fevereiro de 1564.

⁴⁸ FERREIRA, José Augusto, *História Abreviada do Seminário Conciliar de Braga*, Sec. VI – Sec. XX, Edição da Mitra Bracarense, Braga 1937, p. 119; FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, *Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade* in *História Religiosa de Portugal*, Volume 2, p. 27.

⁴⁹ Sessão XXIII, De reformatione, Cap. XVIII.

⁵⁰ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, Livraria Civilização, Editora, Porto-Lisboa, 1930, p. 428.

⁵¹ ROLO, Raul de Almeida, *A Colegiada de Guimarães na aceitação do Concílio de Trento*, in *Congresso Histórico de Guimarães e da sua Colegiada*, 1981, tipografia Barbosa e Xavier, Braga 1981, p. 486.

2.4. Legado reformador do Concílio

O que nos deixou de realmente importante este Concílio acontecido no séc. XVI⁵², num contexto societário tão difícil para a Igreja como aquele que descrevemos em páginas anteriores? Quais foram as grandes inovações e medidas reformadoras que constituíram o legado deste relevante Concílio Católico e que continuaram a influenciar a vida dos cristãos até aos dias de hoje? Tentemos fazer uma breve síntese dessas medidas, que nos permitam depois compreender a recepção do Concílio, na Arquidiocese de Braga.

Olhemos os Decretos tridentinos de dois pontos de vista diferentes:

- Doutrinais.
- Reformadores.

Quanto aos Decretos Doutrinais devemos contextualizá-los num ambiente onde grassava a heresia protestante e havia que afirmar-se a dogmática católica para terminar de vez com a confusão lançada pelos dissidentes seguidores de Lutero. Portanto, Trento reafirmou a dogmática numa linha de continuidade que vinha fundamentada desde a patrística, a fim de combater a avalanche da heresia protestante. A doutrina católica não tinha mudado, os seus dogmas tradicionais e as verdades fundamentais mantinham-se... os hereges é que os tinham posto em causa!

Aliás, na Sessão de abertura do Concílio em 13 de Dezembro de 1545, ficou bem expressa a vontade de combater as heresias responsáveis pela perda da unidade cristã que o Concílio vai tentar recuperar reformando o clero e os fiéis, entre outras questões⁵³.

Na sequência desta imputação de culpa, a Igreja reafirmou a Fé cristã com base nas reflexões das primeiras comunidades aprofundadas pela patrística em temas como a natureza humana e o pecado original, a justificação pela graça, a tradição e a instituição divina dos sacramentos.

⁵² SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga*, p. 128.

⁵³ POLÓNIA, Amélia, "*A recepção do Concílio de Trento em Portugal*", in BARBOSA, David Sampaio, GOUVEIA, António Camões, PAIVA, José Pedro, *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas-olhares novos*, Centro Estudos História Religiosa, Lisboa 2014, p. 43.

Portanto, os decretos doutrinários tridentinos vieram, por um lado, clarificar o que se estava a transformar numa grande confusão na sociedade e, por outro, marcar o terreno católico vincando bem as diferenças relativamente à heresia protestante.

No que aos Decretos reformadores e disciplinares⁵⁴ diz respeito, já referimos anteriormente o estado de decadência do clero e da sociedade europeia, tanto no plano da ignorância como no plano moral e ético. Mas relevemos que esses decretos se dirigiam em primeiro lugar à organização da Igreja enquanto Instituição, consolidando o poder do Papa no plano universal e o do Episcopado nas respectivas dioceses. Em segundo lugar, poderemos dizer que os decretos se dirigiam, com particular relevo, à disciplina do clero secular reforçando a sua missão pastoral junto dos fiéis. Para tal desígnio era fundamental a preparação da classe clerical que se consumou principalmente através da criação dos seminários. Por fim, assinalemos o esforço saído de Trento no sentido da educação cristã dos fiéis, tornando-os mais bem preparados para receberem a mensagem católica da qual se encontravam afastados pelo relaxamento moral e para resistirem à heresia do luteranismo.

Os decretos reformadores são os que verdadeiramente nos interessam no âmbito do nosso trabalho, pois foi neles que D. Frei Bartolomeu se envolveu, tanto na última fase do Concílio como depois na sua recepção na Arquidiocese de Braga. Assim, todo o clero e população seriam afectados, e esta última em particular, seria obrigada a um comportamento cristão, cumprindo as obrigações de missa, confissão e matrimónio.

Para o Episcopado foi decretado:

- A instituição divina da hierarquia⁵⁵,
- As condições de acesso aos diversos ministérios e

⁵⁴ SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga*, p. 129.

⁵⁵ Sessão XXIII, Doutrina do Sacramento da Ordem, Cap. IV - Da hierarquia eclesiástica e da ordenação, Can. VI – Se alguém disser que não existe na Igreja Católica uma hierarquia estabelecida por instituição divina, a qual consta dos Bispos, presbíteros e ministros, seja excomungado.

- Os deveres de residência, de reunião de sínodos anuais, de visita de toda a diocese cada dois anos, de pregação e do exame rigoroso dos candidatos ao sacerdócio.

Generalizando, podemos dizer que o Concílio se projecta na prática com dois olhares diferentes, mas ambos muito importantes; por um lado, apresenta-nos um novo modelo de clero e, por outro, aponta para uma nova concepção pastoral.

Este novo modelo de clero é claramente marcado pela decisão ecuménica de dar maior autoridade aos Bispos. Esta foi uma opção de base para que a Igreja pudesse realizar a sua missão de cura de almas. Para tal desiderato o Concílio limitou as isenções de regulares, diminuiu privilégios e pretensões dos cabidos e proibiu certas apelações e recursos a Roma, considerando-os abusivos. Só assim se podiam responsabilizar os prelados por esta mudança na organização da Igreja.

Vejamos os pontos fundamentais das reformas do clero, em geral, pois foi a partir delas que surgiu a mais forte contestação às reformas tridentinas.

O ponto mais polémico era a obrigação de residência que estava ligada aos muitos benefícios que provinham da acumulação de dioceses⁵⁶. Cabe aqui uma referência à pluralidade de benefícios que, com as normas tridentinas, ficavam reduzidos a um único⁵⁷, desde que fosse suficiente para o sustento decente do Bispo ou do pároco.

A nova concepção pastoral assenta numa maior autoridade dos Bispos e coloca neles a responsabilidade da cura de almas, através do contacto directo com a grei. As visitas por eles feitas passaram a ter uma visibilidade diferente na relação Igreja/fiéis, o papel dos Bispos como intermediários com Deus será mais aprofundado e a verdade doutrinal e sacramental chegará com uma relação mais pessoal ao povo cristão.

⁵⁶ ROLO, Raul de Almeida, *Bartolomeu dos Mártires, Obra social e educativa*, p. 51.

⁵⁷ Sessão XXIV, Decreto sobre a Reforma, Cap. XVII, ... «e se este benefício não for suficiente para manter com decência a vida da pessoa a quem é conferido, seja permitido, neste caso, conferir à mesma outro benefício simples o suficiente, com a condição de que não peçam duas residências pessoais».

Para concluir o que no Concílio tridentino se referiu à reforma e disciplina, devemos examinar a sua recepção pois só assim poderemos avaliar e compreender as fortes reacções do clero à implementação desses decretos. De uma forma geral poderemos dizer que a reacção adversa do clero não foi muito inesperada, face à perda dos enormes benefícios que recebiam, à decadência já referida, à iliteracia generalizada e ao comportamento imoral de muitos dos seus elementos.

Quanto à organização eclesial Trento vai dar grande relevo à territorialidade. A experiência cristã faz-se num espaço hierárquico bem delimitado: paróquia, diocese e centralidade de Roma. Sem dúvida que esta vertente da territorialidade vem acrescentar importância ao ministério ordenado na integração do espaço católico daí a urgência tridentina dada à formação dos presbíteros.

Não podemos deixar de assinalar um aspecto menos positivo desta reunião ecuménica. Tratou-se de um trabalho desmesuradamente longo, várias vezes interrompido, e permanentemente ameaçado por dificuldades e crises, não se tendo atingido o objectivo, mais importante do Concílio: a restauração da unidade religiosa. Ressalve-se, no entanto, que se conseguiu uma formulação e clarificação da doutrina na sua dimensão dogmática.

3. Reflexos do Concílio de Trento em Braga no pontificado de D. Frei Bartolomeu dos Mártires

3.1. Chegada a Braga e início de uma acção reformadora⁵⁸

Em 1558 vagou a igreja de Braga por falecimento do arcebispo D. Frei Baltasar Limpo e a rainha regente D. Catarina quis eleger para aquela Sede, o seu confessor e provincial da ordem de S. Domingos, Frei Luís de Granada. Este distinto dominicano não aceitou o cargo que lhe era oferecido, pedindo-lhe então a Rainha que designasse um candidato. Frei Luís de Granada sugeriu então o nome de Frei Bartolomeu que foi bem aceite pela Rainha. No entanto, e talvez de modo inesperado, Frei Bartolomeu, pessoa de muita humildade, tudo fez junto da Rainha e de todos, para não ter de suportar a mitra bracarense. Só a obediência ao seu superior o fez ceder à eleição para tão alta responsabilidade e dignidade⁵⁹. A sua confirmação no Arcebispado, veio com a data de 27 de Janeiro de 1559 pela mão de Paulo IV, com a bula *Gratiae divinae praemium*, que chegou a Lisboa no mês de Agosto do mesmo ano. A 3 de Setembro desse ano foi sagrado o novo arcebispo, no convento de S. Domingos, em Lisboa, onde também recebeu o pálio, no dia 8, da mão do arcebispo de Lisboa D. Fernando Vasconcelos de Meneses. Seguiu depois para Braga, onde chegou a 4 de Outubro de 1559.

Em Março de 1561, deslocou-se à última fase do Concílio de Trento, regressando novamente à sua Arquidiocese em 26 de Fevereiro de 1564.

Do passado de Frei Bartolomeu recordemos que fora um notável religioso dominicano, um brilhante estudante com um sólido percurso de formação, um leitor de Artes e Teologia, leccionando filosofia e ciências sagradas nos conventos de Lisboa, Batalha e Évora, e promovido a Mestre em teologia no Capitulo Geral de Salamanca⁶⁰. No entanto, não era possível detectar, nessa altura, o seu zelo apostólico como pastor de almas nem o vigor reformista afirmado em Trento e que viria a aplicar, mais tarde, na Arquidiocese bracarense.

⁵⁸ BARBOSA, David Sampaio, “*Arquétipo de Pároco*”, Lusitania Sacra, 2011, 23, p. 61.

⁵⁹ ROLO, Raul de Almeida, “*Venerável D. Frei Bartolomeu dos Mártires - O Arcebispo Santo*”, p. 10.

⁶⁰ ROLO, Raul de Almeida, *Formação e Vida Intelectual de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, p. 192.

Passou de um eminente académico, destinado ao sacerdócio e vivendo em ambiente universitário, a um zeloso pastor e corajoso reformador, conquistando almas para o Reino de Deus, educando o clero e toda uma sociedade em declínio como era a do séc. XVI na Europa e em Portugal.

Podemos talvez situar esta mudança subtil “Do Claustro à vida activa”⁶¹, olhando para o ano de 1552, em Évora, onde a proximidade com o Cardeal infante D. Henrique terá facilitado o contacto com a Companhia de Jesus através do dominicano castelhano frei Luis de Granada⁶². Os jesuítas desenvolviam uma profunda espiritualidade e um grande empenhamento na missão pastoral o que terá sido bem absorvido e reflectido por Frei Bartolomeu. Por outro lado, a sua bem orientada formação e as suas excelentes qualidades pessoais permitiram-lhe deixar a vida contemplativa e de Professor para se tornar um Bispo eminentemente reformador e pastor desenvolvendo a sua actividade no meio do mundo.

No contexto político e religioso da época o Arcebispo de Braga era também senhor temporal da cidade e dos seus coutos e, por isso, procurou sempre acautelar a autonomia jurisdicional que tradicionalmente gozava pelo cargo que exercia. Na verdade, vivia-se um tempo em que o poder espiritual e o poder temporal se cruzavam perigosamente. De facto, a acumulação de antigos privilégios e direitos tornava muito complexa a rede de poderes em Braga e nos seus arredores, mas D. Frei Bartolomeu conseguiu proteger e consolidar a sua própria autoridade no campo temporal: *“Sendo senhor de um vasto domínio espiritual, o Arcebispo também exercia o senhorio temporal de um dos maiores territórios nesta situação, integrando um conjunto mais vasto de territórios que ocupavam 8% das terras do reino. Compreendia o senhorio temporal de Braga: 15 coutos, catorze - distribuídos pelo Minho e Trás-os-Montes - da ouvidoria da Mitra e um (Cervães) encravado na ouvidoria de Barcelos. Quase todos tinham uma extensão diminuta, salvo o couto de Braga, o de Dornelas, ao Sul do Barroso e S.*

⁶¹ MARCOCCI, Giuseppe, “O Arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582). Um caso de inquisição pastoral?” Revista de História da Sociedade e da Cultura, 9, 2009, p.127.

⁶² Ibidem, p. 128.

*Mamede de Riba Tua, no Douro. Em meados do Séc. XVII, a ouvidoria de Braga incluía 14 terras no Minho e Trás-os-Montes, perfazendo um total de 269 Km²*⁶³.

A tenacidade reformadora de D. Frei Bartolomeu, na sequência do Concílio de Trento, fez dele um prelado notável. Na sessão XXIV do Concílio, o Decreto sobre a Reforma, Cap. II, manda celebrar de três em três anos o sínodo provincial e todos os anos o diocesano com a finalidade de regular os costumes, corrigir os excessos, ajustar as controvérsias e outros pontos referidos nos sagrados cânones. No regresso a Braga em 26 de Fevereiro de 1564, quando mostrava o seu grande empenhamento na implementação dos decretos, veio o Arcebispo encontrar uma forte oposição da parte da cleresia em geral. Para conseguir reformar a Arquidiocese, de acordo com as decisões conciliares, D. Frei Bartolomeu desenvolveu uma intensa actividade, reunindo sínodos diocesanos em 1564 e 1575, e o IV Concílio Provincial de Braga em 1566-1567. De acordo com o Cap. XVIII do Decreto da Reforma que tratava da educação do clero, iniciou o processo da fundação do Seminário Conciliar de S. Pedro.

É evidente que, para tal, impôs na sua actividade uma estratégia de centralização que permitiu eliminar resistências por parte do Cabido da Sé que como no resto da Europa católica, era o maior obstáculo à afirmação da autoridade episcopal saída de Trento. Os principais focos de litígio tinham na sua base a disputa de recursos materiais, a definição de competências jurídico-legais que acabavam por ter implicações económicas, as questões de cerimonial e representação social e ainda as questões que conduzissem a alterações de situações há muito estabelecidas. A inevitável redução de benefícios e a definição de obrigações dos membros dos cabidos, que no pós-Trento passavam a estar subordinados ao Prelado, criaram os maiores problemas.

⁶³ BANDEIRA, Miguel Melo, “O espaço urbano de Braga em meados do sec. XVIII”, Revista da Faculdade de Letras — Geografia I Série, Vol. IX, Porto, 1993, p. 172.

O Arcebispo fez a reformulação do cabido da Sé Primaz com três importantes concórdias, que lhe permitiam desenvolver o seu múnus no caminho decidido em Trento.

No entanto, não podemos esquecer que a sua vocação pastoral prevalecia sobre a urgência reformadora, quer dizer, D. Frei Bartolomeu era um religioso que aspirava a uma radical reforma da sociedade a partir de um primado autêntico dos valores cristãos. Para atingir os seus fins pastorais o Arcebispo baseava a sua estratégia, principalmente, nas visitas, no catecismo e na pregação que foram, de facto, os principais meios usados na evangelização da Arquidiocese.

A acção de D. Frei Bartolomeu, em Braga, teve também os seus detractores ao longo da história⁶⁴, e o exemplo mais conhecido foi a atitude crítica e anti-religiosa surgida no séc. XIX pela autoria de José Caldas (1842-1932), jornalista e escritor autodidacta, interessado pelos temas clássicos e pela história local. A sua obra é muito marcada pela parcialidade das suas posições, em particular pelo anticlericalismo, sendo um crítico acérrimo da influência dos Jesuítas na sociedade portuguesa da época. Como lhe seria difícil destruir a obra de Frei Luís de Sousa optou por atacar os feitos do Arcebispo na Arquidiocese de Braga. A atitude crítica e mal intencionada de José Caldas aqui referida, tem o objectivo de mostrar de que forma o correr da história, se não for cuidado, conduz ao injusto esquecimento de quem foi de facto grande no seu tempo. Felizmente que neste caso particular, prevaleceu a verdade da reabilitação da memória nos estudos da obra notável deste Arcebispo do séc. XVI. Na verdade, através de documentos descobertos recentemente nos mais variados arquivos portugueses e escritos pela pena dos seus maiores biógrafos, ambos dominicanos, o cronista seiscentista Frei Luís de Sousa e o historiador contemporâneo Raul de Almeida Rolo, encontramos uma substancial continuidade interpretativa⁶⁵ que nos conduz a uma melhor aproximação histórica do seu pontificado.

⁶⁴ ROLO, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral*, Prólogo, p. 10.

⁶⁵ MARCOCCI, Giuseppe, “D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Um caso de inquisição pastoral?”, p. 120.

Frei Luís de Sousa, que no século se chamou Manuel de Sousa Coutinho (1555-1632), foi um nobre cavaleiro e notável combatente português, que conheceu a prisão em Argel; no ano de 1614 decidiu, com a sua mulher, tornarem-se religiosos; ingressou no convento dominicano de São Domingos de Benfica e adoptou o nome religioso de Frei Luís de Sousa.

Frei Raul de Almeida Rolo vê os seus méritos salientados por Frei Bento Domingues, que os considera incomparáveis na edição crítica das suas obras completas e na elaboração de preciosos estudos de investigação da história da acção e do pensamento teológico, místico e pastoral de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Raul Rolo foi um ilustre dominicano que viveu no séc. XX uma existência de humilde investigador e historiador que nos deixou obras de grande valor, com especial destaque para a séria investigação que nos permite ter hoje uma biografia credível do referido Bispo de Braga do séc. XVI.

3.2. Obras feitas em Braga

Logo que chegou a Braga, D. Frei Bartolomeu iniciou um conjunto de projectos, que sabia serem fundamentais e estruturantes para a Reforma decidida em Trento, visando sobretudo o clero e também a grei.

A ignorância religiosa vai ser combatida por todos os meios ao seu alcance. Ainda durante o Concílio, mandou edificar para o clero religioso da sua Ordem o convento de Santa Cruz, em Viana do Castelo, hoje de S. Domingos. Em Braga, D. Frei Bartolomeu entregou a orientação do Colégio de S. Paulo à Companhia de Jesus por decisão do Cardeal infante, como à frente referiremos. Este Colégio, também chamado Colégio d'Artes, havia sido criado em 1527 pelo então Bispo de Braga D. Diogo de Sousa. Além disso fundou o Seminário conciliar de S. Pedro e S. Paulo, para a formação do clero diocesano.

Erigiu a Igreja de Santa Maria Maior de Viana do Castelo, bem como as de Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Chaves e, no convento de Pombeiro, promoveu o ensino de ciências teológicas centradas nos casos de consciência ou Moral. Para os fiéis leigos mais incultos elaborou um Catecismo ou Doutrina Cristã e práticas espirituais; para os mais cultos tornou mais acessível a frequência do Colégio de S. Paulo, através de concessão

de bolsas de estudo e ampliou o alcance dos conteúdos, tornando-o na mais importante escola de estudos superiores no norte do País⁶⁶.

O Concílio de Trento decretou, na sessão XXIII, Cap. XVII, que *“todas as catedrais metropolitanas e igrejas maiores que estas, tenham a obrigação de manter e educar religiosamente e insistir na disciplina eclesiástica segundo as faculdades e extensão da diocese, certo número de jovens da mesma cidade e diocese...”*. Este foi o primeiro passo para promover a educação dos jovens destinados à carreira eclesiástica; o decreto indicava detalhadamente as matérias referentes às idades e qualidades de admissão, como se procederia ao seu sustento e como deveria ser o corpo docente, e ainda outras medidas relativamente a seminários e colégios⁶⁷.

D. Frei Bartolomeu começou assim a implementação dos decretos conciliares⁶⁸ na sua Arquidiocese. As próprias resoluções do Concílio, Sessão XXIV, Cap. II do Decreto sobre a Reforma, determinavam que competia às autoridades episcopais a adaptação do vasto projecto reformador às condições de cada local e que, para tanto, deveriam ser realizados sínodos diocesanos nos bispados ou arcebispados, dos quais resultasse a elaboração de constituições. No entanto, a oposição do cabido foi muito intensa e longa, pois os capitulares levantavam permanentemente obstáculos à concretização das decisões conciliares.

As discussões sobre o seminário conciliar de Braga arrastar-se-iam por vários anos o que levou a que a sua inauguração só acontecesse em 1572. De facto, D. Frei Bartolomeu viu-se envolvido em complexas negociações relativas às entidades que teriam de pagar os custos da construção e o seu funcionamento. Para tornar a situação ainda mais difícil, chegou um breve do Papa Pio IV cuja interpretação levantou muitas dúvidas. Por seu lado, os cônegos do cabido também levantaram algumas objecções que em nada ajudaram à celeridade do

⁶⁶ PEDREIRA, D. José Augusto, *“Bartolomeu dos Mártires, Bispo de todos os tempos”*, Cadernos Vianenses, 33, 2003, p. 18.

⁶⁷ SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga*, p. 175.

⁶⁸ SOUSA, Frei Luis de, *A Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, p. 321.

processo de construção do seminário⁶⁹. A oposição do cabido da Sé bracarense foi muito violenta e desproporcionada⁷⁰ arranjando um vasto conjunto de argumentos que eram, para qualquer responsável da Igreja pós tridentina, completamente inaceitáveis⁷¹. O sucedido no Sínodo diocesano de 1564 foi suficientemente grave para que a Rainha Regente D. Catarina interviesse junto do Papa, a pedido de D. Frei Bartolomeu⁷². Em Novembro de 1569, chega o breve *Ex debito pastoralis officio* do Papa Pio V, que veio confirmar as propostas do Arcebispo no sínodo diocesano.

Por fim, o Arcebispo consegue vencer a oposição interesseira do capítulo e inicia a fundação do Seminário Conciliar que considera ser a atitude que mais resultava em proveito geral, pois garantiria a qualidade da função pastoral das almas que era o objectivo mais importante a concretizar na Arquidiocese.

A história do Colégio de S. Paulo ou Colégio d'Artes em Braga, fundado por D. Diogo de Sousa, é longa e desenvolve-se no meio de grandes lutas entre vários prelados e o poder real, tendo como base a instalação de Estudos Gerais em Braga. Estes estudos, por sua vez enquadravam-se na reforma da Universidade Portuguesa empreendida por D. João III⁷³, em meados do séc. XVI.

Atravessava-se então um tempo de encontro com o renascimento e, em particular, com o humanismo florescente nas principais metrópoles europeias e Braga também se encontrava na confluência destas novas linhas de pensamento. Cito o Prof. Silva Dias, «*as constelações do humanismo cristão deslisaram no céu português, trazendo consigo o preceito da historicidade da cultura, a oposição à medievalidade e à escolástica, a reivindicação de uma espiritualidade evangélica e interiorista, enfim o irenismo ideológico e uma certa tolerância*

⁶⁹ SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga*, p. 176.

⁷⁰ ROLO, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral*, pp. 176-185.

⁷¹ FERREIRA, José, *História Abreviada do Seminário Conciliar de Braga*, pp. 138-146.

⁷² Ibidem, p. 138.

⁷³ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja*, Vol. II, p. 431.

*em matéria dogmática»*⁷⁴. E foi neste contexto de luta pelos estudos gerais e expansão do humanismo cristão que se desenvolveu o projecto do Colégio de S. Paulo.

D. Frei Bartolomeu surge como Arcebispo de Braga em 4 Outubro de 1559 e no ano seguinte entrega o Colégio de Braga à Companhia de Jesus⁷⁵, o que não foi uma decisão isenta de controvérsia. De facto este processo que envolvia os jesuítas no Colégio iniciara-se antes do Arcebispo tomar posse da Mitra de Braga. Em Abril de 1559, o Prelado apresentou a sua solicitação ao Geral da Companhia de Jesus, e em 30 de Agosto de 1560, as negociações estavam concluídas, com as nomeações de S. Francisco de Borja e do P. Inácio de Azevedo, tendo a escola iniciado a sua actividade em Outubro desse ano. Ficou assim a docência e a administração do Colégio entregues aos Padres Jesuítas, o que era para o Arcebispo uma garantia de qualidade de ensino e rigor administrativo. Mas com esta entrega do Colégio à Companhia, desfazia-se a ideia de criar em Braga uma universidade, pois, entretanto, era criada a de Évora (1559) e em Coimbra a Faculdade de Teologia já estava em pleno funcionamento.

Os Jesuítas deviam garantir uma classe de primeiras letras, três de Humanidades, uma de Artes, outra de Teologia Moral (Casos de Consciência) e outra ainda de Teologia Especulativa (para a lição de S. Tomás)⁷⁶. A moral era uma preocupação para o Arcebispo, pois sabia que para a cura de almas o clero devia saber os seus fundamentos doutrinais que por sua vez era objecto das matérias de Casos de Consciência. A preparação doutrinal iluminada pelo evangelho tornaria possível a correcção dos costumes decadentes do clero e da grei da Arquidiocese⁷⁷.

O Convento de São Domingos de Viana do Castelo foi outra obra importante fundada no ano

⁷⁴ RODRIGUES, Manuel Augusto, *“D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o Colégio de S. Paulo de Braga”*, Lusitania Sacra, Série 1, Tomo 10, 1978, p. 101.

⁷⁵ MIRANDA, Margarida, *“O Humanismo no Colégio de São Paulo no Séc. XVI, e a Tradição Humanística Europeia”*, Humanitas 62 (2010), p. 253.

⁷⁶ RODRIGUES, Manuel, *“D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o Colégio de S. Paulo de Braga”*, Lusitania Sacra, 10, 1978, p. 109.

⁷⁷ ROLO, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral*, pp. 173-175.

de 1563 pelo recém-nomeado arcebispo primaz D. Frei Bartolomeu quando ainda se encontrava no Concílio, com a finalidade de favorecer os estudos eclesiásticos e a pregação.

As obras feitas em Braga por D. Frei Bartolomeu foram importantes para a implementação das decisões reformadoras aprovadas em Trento e para as quais o bracarense deu um relevante contributo.

3.3. *A persistência de uma actividade pastoral*

A Igreja, depositária e executora do plano salvífico de Deus⁷⁸, nunca deixou de procurar esta comunicação directa com as almas. Todo esse trabalho apostólico se resume na palavra pastoral, que significa a acção da Igreja, que guiada pelo Espírito Santo realiza a missão que Cristo lhe confiou, prossequindo o plano salvífico de Deus. Esta é uma missão de envio ao encontro das gentes: *“Ide pelo mundo inteiro, proclamai o Evangelho a toda a criatura”* (Mc 16,15).

A missão da Igreja, reforçada em Trento, não é a promoção das artes mas sim a salvação das almas: *Salus animarum suprema lex esto*. Foi a acção pastoral, grande fruto dessa assembleia, que bispos e teólogos impuseram como objectivo da Igreja.

O Concílio sistematizou o tema da visita pastoral no Decreto sobre a reforma, Sessão XXIV, Cap. III – Como devem os Bispos fazer a visita. Propôs como objectivo *“introduzir a doutrina salutar e católica...expelir as heresias, promover os bons costumes e corrigir os maus”*, e o decreto continuou especificando quem e como faria a visita, dando bons conselhos aos visitantes durante o seu processo de visita.

No Cap. IV o cuidado dos padres conciliares sobre a pastoral, alargou-se ao tema da pregação, dedicando-lhe um cuidado que deixa transparecer bem a sua importância na conversão das almas.

⁷⁸ ROLO, Raul de Almeida, *“Função Apostólica da Visita Pastoral”*, Lusitania Sacra, 6, 1962-1963, p. 140.

Ora foi exactamente esta centralidade da preocupação pastoral no pensamento de D. Frei Bartolomeu, que o levou a considerar fundamental para o clero a formação bíblica e teológica, a reforma disciplinar, a ética, o comportamento moral, o zelo apostólico, e fundamentalmente as visitas... tudo convergindo para um único fim: converter as almas. Esta seria a missão de qualquer Bispo, auxiliado por todo o clero diocesano.

Se quiséssemos resumir o núcleo fundamental da referida preocupação pastoral de D. Frei Bartolomeu, poderíamos fazê-lo descrevendo as funções e solicitude do Bom Pastor, a quem estão confiadas não só algumas, mas todas as ovelhas. Para atender todas, teria de vigiar todo o rebanho, disperso pelo território da diocese. Por isso, escreve: *“é necessário que o bispo apostólico vá frequentemente às várias igrejas para obstar aos males que, só estando ele presente, se podem evitar”*⁷⁹. Claro que para atingir tal desígnio muito contribuíram a constância e a tenacidade com que procedia nos negócios que se referiam ao cumprimento do seu dever como Arcebispo da sua Arquidiocese.

Podemos dizer que sem a centralidade da preocupação pastoral não se realiza o anúncio universal que Cristo nos ordenou, e foi com esta certeza que D. Frei Bartolomeu orientou o seu múnus episcopal, o que o viria a notabilizar na história religiosa de Portugal.

⁷⁹ ROLO, Raul de Almeida, *“Função Apostólica da Visita Pastoral”*, Lusitania Sacra, 6, 1962-1963, p. 142.

4. O Cabido da Sé de Braga e a Recepção de Trento

4.1. O Cabido

A principal Igreja de uma diocese é a Catedral, e a instância do seu poder é disputada por duas entidades. Por um lado o Bispo, pois a Catedral é a sede episcopal e de certo modo representa o seu poder hierárquico, mas por outro também é assumida pelo cabido, que por razões de responsabilidades litúrgicas a considera a sua casa. Surge assim uma luta de poderes que vai acontecendo na história das catedrais ao longo da história, e que se mantém como uma luta dentro da Igreja, embora Trento procurasse clarificar esta situação, valorizando o poder hierárquico da prelatura. De facto, o Concílio decretou que nenhum clérigo poderia ficar isento da jurisdição episcopal devendo os cabidos ser obrigatoriamente visitados pelo prelado, sem excepção⁸⁰, o que torna clara a autoridade do bispo em todo o território diocesano.

O cabido é um órgão consultivo com a função de promover na igreja Catedral um culto mais solene, o que lhe dá responsabilidade litúrgica, mas também é um órgão de administração eclesiástica diocesana, proposto, inovado ou suprimido pela Santa Sé. As suas funções principais são:

- cantar diariamente no coro, a missa e as horas canónicas,
- desenvolver e apoiar uma escola de ensino em vários níveis,
- administrar os bens capitulares,
- assistir ao bispo quando celebra de pontifical,
- dar parecer ou consentimento em muitos actos da administração diocesana,
- substituir o bispo quando a Sé está vaga.

⁸⁰ SILVA, Hugo Ribeiro da, *“O concílio de Trento e a sua recepção pelos cabidos das catedrais”*, in BARBOSA, David Sampaio, GOUVEIA, António Camões, PAIVA, José Pedro, *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas-olhares novos*, Centro Estudos História Religiosa, Lisboa 2014, p. 81; Sessão XXIV, Decreto sobre a Reforma (Bispos e Cardeais), cap. IV e cap. IX.

É importante esta definição para podermos compreender os privilégios e os jogos de poder que se desenrolaram no período pós-tridentino por toda a Europa cristã e, em particular, na Arquidiocese de Braga, que constitui o objecto deste capítulo.

Foi esta disputa virulenta que conduziu a confrontos graves, que aconteciam nos cabidos e colegiadas em geral, e que passavam pela sua relação com outros poderes, como a Santa Sé, a Coroa, os Prelados ou a Inquisição⁸¹; esta estratégia de confronto agravou-se no período pós-Trento, no meio de uma sociedade que começava a mudar com as decisões conciliares. O contexto específico do séc. XVI tornava problemática a convivência entre instituições que lutavam pelos mesmos privilégios e deve ser vista à luz de uma redefinição de equilíbrios de poderes existentes na Igreja, no início da época moderna⁸².

O cabido da Sé e a Colegiada de N.^a Senhora da Oliveira, em Guimarães eram duas instituições muito relevantes do clero secular ou diocesano que se tornaram concorrentes com o Bispo. Havia ainda outras instituições de menor relevo mas não eram conspícuas no panorama clerical de então. O cabido tinha grande preponderância social devido ao seu papel de intermediário com a divindade; na verdade o relacionamento litúrgico com o povo era qualquer coisa de muito forte na sociedade portuguesa e europeia desse tempo. Tenhamos presente que a principal função do clero das catedrais foi sempre litúrgica, assegurando o culto diário, sobretudo em ocasiões solenes. Além dos ofícios divinos e da celebração de missas, destacavam-se, entre o conjunto de cerimónias levadas a cabo pelo clero catedralício, as procissões, muito promovidas pela Igreja pós-tridentina, enquanto manifestação pública de fé. Relativamente ao património, em termos gerais, o cabido possuía um vasto conjunto de bens utilizados no âmbito do culto: alguns dos templos da diocese e alfaias litúrgicas pertencentes aos mesmos, entre as quais se incluem as da própria Sé. Além destes bens estritamente religiosos, havia também um conjunto de propriedades - casas, terras e unidades

⁸¹ PAIVA, José Pedro, *"A Igreja e o Poder", Interpenetração da Igreja e do Estado*, pp. 135-136.

⁸² Ibidem, pp. 135-137.

de transformação – de que o cabido era senhorio, e que lhe proporcionavam rendas em dinheiro e em géneros.

O cabido da Sé de Braga era herdeiro de uma história que remonta ao séc. XI e era possuidor de muitas riquezas e rendas, bem como de bastante pessoal. Para se ter uma ideia dos números referentes ao fim de quinhentos, podemos dizer que o pessoal prebendado eram constituído por cerca de 41 elementos atribuídos e distribuídos por 351 Igrejas. Outro pessoal não prebendado, seriam cerca de 112 elementos⁸³.

As diferentes funções de tantos elementos no cabido exigiam uma organização bem estruturada para dar resposta às muitas exigências que iam dos serviços de acompanhamento litúrgico, aos arquivos, ao coro, aos serviços de administração, etc.

Com tamanho peso na Arquidiocese não é de estranhar a existência de uma certa competição e concorrência com o respectivo Bispo. As querelas graves com os Bispos já vinham do governo de D. Manuel de Sousa, primaz 1545-1549, mas tornaram-se piores na governação de D. Frei Bartolomeu⁸⁴, mas disso falaremos no subcapítulo seguinte.

A Colegiada de N^a Senhora da Oliveira em Guimarães, era a segunda instituição diocesana, e em concorrência e desavença com o Arcebispo de Braga. Esta luta constante com os prelados, vem pelo menos desde o Séc. XII⁸⁵. No séc. XVI os problemas e os afrontamentos foram de tal ordem que o Infante D. Henrique, como legado do Papa, entendeu dever encaminhar, habilidosamente, as partes até se atingir a concórdia. Apareceu assim em Julho de 1553 a composição nova, de que resultou a solução definitiva do conflito. No entanto, tiveram que se manter importantes prerrogativas na Colegiada e ao seu Dom prior, de harmonia com a tradição multisecular. Apesar da concórdia, surgiram ainda pequenos conflitos com D. Frei Baltazar Limpo e D. Frei Bartolomeu⁸⁶. Fricções com o Arcebispo

⁸³ SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga*, pp. 58-61.

⁸⁴ Ibidem, p. 63.

⁸⁵ Ibidem, p. 64.

⁸⁶ Ibidem, pp. 64-65.

houve sempre, pois a Colegiada era insigne e estava cumulado de prerrogativas pelos monarcas e Pontífices e dispunha de avultado património.

4.2. A reforma tridentina e o clero capitular: recepção e práticas

Uma Igreja dispersa pelo mundo não poderia acompanhar as transformações com o ritmo com que surgiam no Concílio. Em Braga, e por toda a parte, o ambiente social e os sentimentos dos homens permaneciam claramente pré-tridentinos, enquadrados por estruturas contaminadas por hábitos seculares de decadência, como já referido.

Em Portugal, a vontade de reformar antes de Trento parece ser um dado relativamente incontestável. Para tal, muito contribuíram algumas medidas reformistas pré-tridentinas, de iniciativa dos Reis D. Manuel e seu filho D. João III, como as reformas das ordens religiosas e as Constituições Sinodais, nos séculos XIV e XV, que já apontam para algumas das posteriores orientações conciliares⁸⁷. Mas foi de facto a vontade expressa pelo regente, Cardeal D. Henrique em 1564, com a ordem de publicação dos decretos conciliares tridentinos, que marca real e institucionalmente o início do processo reformador no reino de Portugal⁸⁸.

É neste ambiente institucional e humano que temos de compreender as reticências e resistências oferecidas à aceitação da reforma tridentina: era difícil ultrapassar vícios e interesses instalados há séculos, num clero e numa sociedade decadentes e que enfrentavam o fim da sociedade de cristandade. Perante a emergência de um Renascimento imparável o processo de reforma teve recepção muito atribulada por toda a Europa devido á forte reacção dos cabidos catedralícios.

As decisões para a reforma da Igreja foram todas tomadas até ao fim do Concílio, em 1563, mas os problemas mais graves aconteceram com a sua recepção nas diferentes dioceses. O

⁸⁷ COSTA, Susana Goulart, “A Reforma Tridentina em Portugal”, Lusitania Sacra, 21, 2009, p. 237.

⁸⁸ Ibidem, p. 238.

clero teve de adoptar um código de conduta, que o apresentasse como modelo para a sociedade onde estava inserido⁸⁹.

O Concílio consagrou o Bispo como a figura principal de cada Diocese⁹⁰, e seria sobre a figura episcopal que a reforma da Igreja iria ser construída⁹¹.

Na Arquidiocese de Braga a contestação vinha da maioria do clero, em especial dos mais elevados graus da hierarquia, porque os decretos reformadores iriam prejudicar os seus ancestrais privilégios e os benefícios recebidos⁹². Podemos assim compreender que a contestação a Trento, no país e na Arquidiocese bracarense, se centrasse num movimento da clerezia dirigida pelo alto clero dos cabidos catedralícios⁹³. Notemos que a oposição do cabido terá sido de tal ordem que D. Frei Bartolomeu se viu obrigado a desenhar um quadro muito negro ao Cardeal infante D. Henrique. Este, na sua qualidade de «legado a latere», reagiu muito violentamente enviando uma carta ao cabido bracarense dizendo “*que não intentasse impedir a execução do Concílio, que não enviasse nada nem ninguém a Roma sobre isso, e que tivesse ao Arcebispo a devida obediência e respeito*”⁹⁴.

Apesar desta atitude do Cardeal infante, a contestação não parou nos cabidos em geral e no da Sé de Braga em particular, conforme nos descreve Frei Raul de Almeida Rolo⁹⁵. As perdas de poder e de benefícios decretadas em Trento⁹⁶ eram de grande monta e atingiam direitos adquiridos e consagrados pelos costumes e estatutos particulares. De facto, o decreto de visitação era claro, e originou a enorme contestação que o Arcebispo teve que enfrentar na

⁸⁹ SILVA, Hugo Ribeiro da, “O concílio de Trento e a sua recepção pelos cabidos das catedrais”, in BARBOSA, David Sampaio, GOUVEIA, António Camões, PAIVA, José Pedro, *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas-olhares novos*, Centro Estudos História Religiosa, Lisboa 2014, p. 85.

⁹⁰ Sessão XXIII, Decreto do Sacramento da Ordem, Cap. IV.

⁹¹ SILVA, Hugo Ribeiro da, “O concílio de Trento e a sua recepção pelos cabidos das catedrais”, in BARBOSA, David Sampaio, GOUVEIA, António Camões, PAIVA, José Pedro, *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas*, p. 80.

⁹² ROLO, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral*, pp. 270-304.

⁹³ SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga*, p. 130.

⁹⁴ Ibidem, p. 131.

⁹⁵ ROLO, Raul de Almeida, *A Colegiada de Guimarães*, pp. 131-136.

⁹⁶ Sessão XXIII, cap I, residência, sessão XXIV, cap. IX, cap. XIII.

recepção do Concílio. Para os cabidos o que era realmente importante era impedir a aplicação dos decretos tridentinos, e para tal o primeiro passo era discutir a interpretação dos decretos.

Os cabidos rapidamente planearam uma estratégia na defesa dos seus interesses económicos; mesmo sem conhecerem as alterações a que o Concílio obrigava, procuraram de imediato impedir qualquer mudança no que consideravam ser os direitos. De uma maneira geral, a sua oposição centrou-se em alguns dos decretos da reforma, ligados a aspectos disciplinares⁹⁷, nunca pondo em causa os decretos da fé, porque se o fizessem poderiam ser acusados de heresia⁹⁸.

Logo no pós-concílio e com a aceitação pela coroa dos decretos conciliares, os cabidos procuraram um entendimento mais alargado para fazerem frente aos respectivos prelados. O objectivo principal era lutar contra os decretos que implicavam diminuição nas rendas por acumulação de benefícios e pela não residência nas respectivas Sés catedrais. Os Bispos tiveram que, de diversos modos vencer a oposição dos seus cabidos, mas verificou-se que a solidariedade inicial havida nos cabidos foi diminuindo à medida que cada um foi negociando e alcançando do seu bispo um menor rigor na aplicação dos decretos e no controlo do seu cumprimento⁹⁹. É verdade que a autoridade dos Bispos saída de Trento, os tornou mais fortes nas difíceis negociações com os cabidos. Vejamos o exemplo acontecido com as visitas. Para o bracarense o controlo sobre toda a matéria ligada às visitas pastorais era absolutamente crucial para o seu múnus e, por isso, as alterações que ele pretendia, defendidas e decretadas em Trento, foram terreno de grandes choques com o cabido, que via perder para o antístite poder e benefícios. No fim de muitos confrontos e negociações podemos dizer que o

⁹⁷ SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga*, p. 146.

⁹⁸ SILVA, Hugo Ribeiro da, *“Os cabidos catedralícios portugueses em tempos de mudança (1564-1670)”*, *Lusitania Sacra*, Série 2, Tomo 23, 2011, p. 82.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 83.

Arcebispo não conseguiu tudo o que desejava embora tenha reforçado o seu poder que, apesar de tudo, ficou ainda em parte partilhado com o cabido¹⁰⁰.

Frei Almeida Rolo¹⁰¹ analisou cuidadosamente as Actas de visitação pré-tridentina de D. Frei Bartolomeu, em 1560, à Colegiada de Guimarães. Foi uma visitação que durou cerca de dez dias, e que apesar de uma prospecção minuciosa e profunda, não encontrou nada de alarmante.

O acto solene para a aceitação oficial do Concílio de Trento aconteceu no Sínodo Bracarense, celebrado de 11 a 14 de Novembro de 1564. Nele o Arcebispo quis deixar bem claras as suas principais noções de reforma da Igreja, o que conduziu a um Sínodo muito agitado mas sem conclusões fundamentais¹⁰².

Na abertura do Sínodo, o Arcebispo, fez um sermão procurando uma aproximação ao cabido¹⁰³. Mas, enquanto o Arcebispo dispunha tudo para a publicação e aceitação dos decretos tridentinos, o Capitulo metropolitano preparava a contestação porque já havia decidido não aceitar a bem os decretos de reforma, fazendo mesmo correr o boato “*que estavam determinados que o que o contrário fizesse do que eles tinham determinado de ser dali lançado ignominiosamente. Nas conversas privadas, dizia-se mais ou menos a meia voz que, quanto à reforma, Trento era um «Concilio de Satanás», onde não havia de estar o Espírito Santo, mas que estaria o demónio*”¹⁰⁴.

O cónego João Afonso pediu a palavra para proclamar “*que o Sagrado Concílio não fora feito nem era necessário para esta província*”¹⁰⁵. A resistência surda degenerou em frontal oposição de alguns que, não ousando atacar o Concílio em Roma, mandaram ao Papa libelos

¹⁰⁰ Ibidem, p. 84.

¹⁰¹ ROLO, Raul de Almeida, *A Colegiada de Guimarães*, pp. 487-488.

¹⁰² Ibidem, p. 489.

¹⁰³ Ibidem, p. 489.

¹⁰⁴ Ibidem, pp. 489-490.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 490.

caluniosos contra o Arcebispo que sofreu enormes angústias¹⁰⁶. Verdade seja dita, D. Frei Bartolomeu durante esta oposição violenta do cabido contou sempre com o apoio do Papa, de S. Carlos Borromeu, da Rainha D. Catarina e também do Cardeal D. Henrique¹⁰⁷. Os testemunhos de confiança e apreço recebidos de S. Carlos e do próprio Papa, confirmaram a sua autoridade na aplicação dos decretos conciliares, encorajando-o para conseguir vencer todas as dificuldades.

De facto, o choque que o Arcebispo teve com muitos membros do cabido e também com a Colegiada de Guimarães foram de grande violência verbal, mas acabaram por ser vencidos pelo zelo e determinação de D. Frei Bartolomeu. Surgiram violentas recusas à aceitação dos decretos tridentinos o que obrigou o Arcebispo a afirmar que se não houvesse aceitação o confronto teria consequências¹⁰⁸. Acabou D. Frei Bartolomeu por ganhar a sua causa de aceitação tridentina neste sínodo bracarense de 1564, que foi de facto um marco na Reforma que o Arcebispo arduamente implementou na Arquidiocese de Braga.

Como conclusão, podemos dizer que, como no resto da Europa, a autoridade episcopal estava muito limitada por inúmeras jurisdições e privilégios obtidos através de diferentes monarcas e Papas, ao longo de muitos anos. E a manter-se este *statu quo*, embora as clivagens societárias apontassem com clareza para a urgência de uma reforma séria da Igreja, seria talvez impossível aplicá-la. Portanto, é à luz desta necessidade de Reforma que deve ser lido o reforço da autoridade episcopal saído de Trento. Assim, os conflitos surgidos entre os antístites e os cabidos não aconteceram por estarem envolvidas determinadas personalidades em particular, mas sim devido às profundas mudanças estruturais que o Concílio de Trento

¹⁰⁶ ROLO, Raul de Almeida, “O Papado e os Papas na doutrina e na vida de Frei Bartolomeu dos Mártires”. Didaskália, XI, 1981, p. 271.

¹⁰⁷ Ibidem, pp. 271-272.

¹⁰⁸ ROLO, Raul de Almeida, A Colegiada de Guimarães, pp. 490-491.

trouxe à Igreja¹⁰⁹, em especial o reforço da autoridade dos prelados, atitude particularmente relevante para a execução da reforma tridentina.

¹⁰⁹ SILVA, Hugo Ribeiro da, *“O Concílio de Trento e a sua recepção pelos cabidos das catedrais”*, in BARBOSA, David Sampaio, GOUVEIA, António Camões, PAIVA, José Pedro, *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas*, p. 100.

5. Visitações no espaço diocesano

“A visita pastoral olhada como A Visita do Senhor, vista como prelúdio da salvação e de justiça, é dos mais frequentes e expressivos momentos no próprio plano de Deus”¹¹⁰. Há um grande número de referências bíblicas exemplificando este caminho, desde Job a Isaías. O que a visita pastoral proporciona é o consolo inefável de um encontro espiritual com Deus, é lá que o cristão encontra forças para prosseguir o caminho de Fé na sua caminhada terrena. S. Paulo oferece-nos um grande exemplo de visitas pastorais às comunidades que fundou, conforme é amplamente descrito nas suas epístolas. A Igreja ao longo da sua história viveu a experiência cristã da proximidade da visitação de modo continuado e designou esse trabalho de evangelização por pastoral.

Na verdade, à luz da experiência cristã, a proximidade de uma visita proporciona um encontro pessoal em três planos: com Deus, consigo próprio e com o outro; e foi esta via íntima de pessoalidade que a Igreja soube transportar para o domínio da relação espiritual de uma verdadeira comunhão com Deus. Esta riqueza que uma visita pastoral permite, não poderia deixar de ser sentida e vivida por D. Frei Bartolomeu, sendo utilizada como um poderoso elemento na expansão e intimidade do reino de Deus que atravessa as almas crentes da sua grei.

Foi com este conceito de encontro pessoal que D. Frei Bartolomeu chegou ao coração dos fiéis da sua Arquidiocese, e lhe permitiu conduzir a acção apostólica no Arcebispado de Braga. Foi com esta concepção de visita pastoral que delineou o seu programa reformador, para que o clero pudesse evangelizar melhor as almas que estavam sob a sua responsabilidade.

A visitação era o acto central do seu governo episcopal, porque através dela, D. Frei Bartolomeu exercia plenamente o seu múnus: salvar a alma dos fiéis, ensinando o Evangelho nas suas pregações; ensinar o clero paroquial nas suas funções litúrgicas e sacramentais;

¹¹⁰ ROLO, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral*, p. 115.

conhecer e ajudar os mais pobres e arguir e repreender os que se afastavam dos caminhos de Deus.

Por estas razões D. Frei Bartolomeu considerava de enorme relevância a visitação ser feita pelo próprio Bispo, embora pudesse ser feita também por outros clérigos. No entanto, a autoridade episcopal oferecia grande confiança aos fiéis, o que tornava essas visitas muito mais eficientes que as de outros visitantes.

Pelas informações de que dispomos¹¹¹ verificamos que os diversos Arcebispos bracarenses não se mostraram especialmente zelosos na visitação, com excepção de D. Frei Bartolomeu e de D. Rodrigo de Moura Teles, este já no séc. XVIII. D. Frei Bartolomeu, entre 1560 e 1582, efectuou pessoalmente 22 visitas pastorais a vários locais da sua Arquidiocese.

No séc. XVI era muito difícil realizar uma visita pastoral. O clima duro, o ambiente rural no Norte do reino, a quase inexistência de estradas que eram lama no inverno e pó no verão, e tendo como meio de transporte uma mula, tornavam esta pastoral muito difícil para todos, em especial para quem já tinha ultrapassado o fulgor da juventude. No fim da jornada, quando se necessitava de descansar no fim da jornada, encontrava-se o desconforto e incomodidade de uma aldeia numa qualquer montanha perdida¹¹².

Mas nada disto era obstáculo para D. Frei Bartolomeu que considerava o bispo um vigário do Senhor, que veio para servir e que deveria ser solícito para todas as igrejas, independentemente do sacrifício físico que a visitação implicasse. O zelo do Arcebispo imprimiu à visita pastoral um ritmo admirável, se considerarmos que a média das paróquias por ele visitadas era superior ao número dos dias do ano.

Parece agora oportuno relembrar os requisitos de uma visitação, nos termos de Trento, como nos surge no Decreto sobre a Reforma (Bispos e Cardeais) Sessão XXIV, Cap. III - Como hão-de fazer os Bispos a visita. É claramente referido que a visita deve ser feita pelo Bispo

¹¹¹ SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga*, p. 287.

¹¹² ROLO, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral*, p. 120.

mas, se houver impedimento deste, poderão ser nomeados visitantes por ele indicados. Refere ainda que o objectivo principal da visita será sempre ensinar a doutrina católica e expurgar as heresias.

O decreto tridentino não oferece dúvidas relativamente à obrigatoriedade do Bispo visitar pessoalmente todos os anos a sua diocese. Claro que este decreto sobre a Reforma é extenso e carecido de muita explicação e por isso, no próprio cap II, é estabelecido ... “*Celebre-se de três em três anos o sínodo provincial, e todos os anos o diocesano*”. Esta norma já trata da aplicação e interpretação do decreto ao nível arquidiocesano, e foi de facto o que aconteceu no IV Concílio Provincial Bracarense convocado por D. Frei Bartolomeu em 1566. Dele saiu a recomendação, para todos os Bispos ordinários, que de acordo com o decreto tridentino, despendessem três meses por ano visitando toda a sua diocese. Ficaram assim redefinidos e ajustados os decretos tridentinos segundo as necessidades existentes na província da sua Arquidiocese, e também as disposições tridentinas relativamente às visitas, dizendo quando, como e quem eram os visitantes¹¹³.

No que às visitas pastorais diz respeito, o Arcebispo lutou muito para que todos os visitantes fossem da nomeação do prelado, de modo a poder chamar a si a responsabilidade da acção pastoral da visita¹¹⁴. Esta atitude mostra bem a centralidade que Trento atribuiu à visitação, e que D. Frei Bartolomeu, na linha defendida no Concílio, chamou à sua responsabilidade directa. Nesta como em outras matérias, o desagrado do Cabido foi grande, pois perdeu os grandes benefícios financeiros e de poder, que até aí estavam reservados particularmente aos cónegos, visitantes.

A importância que o bracarense atribuía às visitas pastorais e o sacrifício físico que elas implicavam, levou-o a planear o modo de executar essas visitas na Arquidiocese. Para tal

¹¹³ SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga*, p. 274.

¹¹⁴ ROLO, Raul de Almeida, “*Função Apostólica da Visita Pastoral*”, *Lusitania Sacra*, 6, 1962-1963, p. 146.

dividiu o vasto território bracarense em quatro regiões de modo a possibilitar a acção pastoral feita por si próprio e pelos visitadores por si escolhidos¹¹⁵.

5.1. Estrutura e execução

Para o Arcebispo uma visita pastoral era a alma do seu múnus, por isso colocava um especial cuidado na sua preparação. Quem, quando e como faria cada visita?

Olhemos os pontos principais de uma síntese das determinações de uma visita, resultantes do IV Concílio Provincial de Braga (1566), que procuraram definir as normas mais gerais do Concílio de Trento. Este teria sido o primeiro “Regimento de Visitadores”, até à elaboração mais completa do Regimento de 1620, e passo a citar:

- 1) *Ministros das visitas – quem deve visitar.*
- 2) *Séquito – em que condições deve ser feita a visita.*
- 3) *Tempo – quando se deve fazer a visita.*
- 4) *Objecto da visita – sobre o quê e sobre quem se deve fazer a visita*¹¹⁶.

Estas eram as orientações gerais dos Concílios provinciais que permitiam aos prelados elaborar com mais detalhe os seus regimentos. Depois do Regimento de 1620, vários regimentos aconteceram, tentando melhorar a eficiência da visita em cada tempo e circunstância.

Vejamos como era na prática o procedimento para uma visitação:

O processo iniciava-se com o despacho solene do Arcebispo nomeando o visitador e o escrivão¹¹⁷.

Seguia-se o envio de uma carta, escrita pelo escrivão, avisando os párocos e os habitantes da freguesia do início da visitação. Esta carta ia acompanhada por um edital destinado a avisar

¹¹⁵ Ibidem, p. 146.

¹¹⁶ SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga*, p. 218.

¹¹⁷ Ibidem, p. 245.

todo o clero e entidades em geral envolvidas na visita, para que tudo e todos estivessem preparados para tão elevado acto. Também se referiam os objectivos e importância da visita, mencionando os aspectos a tratar como p. ex., os diversos interrogatórios sobre os delitos morais, as heresias, as superstições e outras transgressões graves da lei natural, dos preceitos de Deus, da Igreja e das constituições.

Os regulamentos dos visitantes foram-se lentamente aperfeiçoando desde a aprovação das normas gerais tridentinas, até ao Regimento de 1620¹¹⁸.

Uma visita pastoral feita por D. Frei Bartolomeu era cumprida com toda a perfeição, e procurava discernir quais seriam os actos essenciais da missão apostólica, cito: “*Iluminar pela pregação, Purgar pelo inquérito, e Aperfeiçoar a grei na vida cristã pela administração do Santo Crisma*”¹¹⁹.

A função de iluminar¹²⁰, constituída pela pregação do Bispo, vem na linha defendida por D. Frei Bartolomeu no Concílio relativamente à função querigmática do Bispo. D. Frei Bartolomeu considerava cinco vertentes fundamentais na função de iluminar a grei pela pregação:

- a. A pregação do bispo.
- b. A pregação constante.
- c. Os auxiliares da Palavra.
- d. A mobilização Geral.
- e. O Sermão.

É o Bispo que deve pregar quando for na visitação, e ensinar os clérigos a fazê-lo sempre que não possa estar presente na visita. Na pregação ele abria o coração dos fiéis, e exortava-os a entrar no Reino de Deus. Era um momento muito importante na mediação com o divino. A

¹¹⁸ Ibidem, p. 229.

¹¹⁹ ROLO, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral*, p. 125.

¹²⁰ Ibidem, p. 125.

consciência da importância deste acto para a salvação das almas que lhe estavam confiadas, levou D. Frei Bartolomeu a interpelar os bispos sobre este tema em plena aula conciliar¹²¹.

D. Frei Bartolomeu procurou dar relevância, estatuto e densidade teológica á pregação, situando-a na tradição Apostólica episcopal e considerando a Palavra do Senhor a raiz de toda a santidade. A constância da pregação era fundamental, pois a pregação em si mesma era a primeira e a mais eficaz das funções pastorais do bispo.

Os auxiliares da Palavra. O Arcebispo, como responsável máximo na sua Arquidiocese, tinha a perfeita noção que era impossível, sozinho, pregar com persistência aos seus fiéis. Embora sabendo que não existiam praticamente sacerdotes com formação adequada e com capacidade de pregar¹²², D. Frei Bartolomeu precisava de Auxiliares capazes para esta função pastoral. Assim resolveu pedir ajuda à sua Ordem Dominicana e à Companhia de Jesus, no sentido de receber alguns auxiliares para a pregação pastoral. Este seu pedido foi devidamente atendido e resultou em alguma melhoria na pregação permanente aos fiéis da Arquidiocese.

No entanto, mesmo com os auxiliares da Palavra não se cumpria a missão da pregação por todas as paróquias num território tão grande. D. Frei Bartolomeu tinha que encontrar uma solução para tão importante problema pastoral.

A mobilização Geral. Assim, decidiu que tinha de encontrar uma solução mais expedita para substituir a pregação da cleresia. Encontrou-a, de certo modo, com a difusão do seu Catecismo¹²³, que deveria obrigatoriamente ser lido aos fiéis, na Missa dominical e, para isso, providenciou a distribuição do seu Catecismo por todas as paróquias da diocese. O Catecismo será o instrumento que tornará presente, em toda a Arquidiocese, a palavra do verdadeiro pastor.

¹²¹ Ibidem, p. 127.

¹²² Ibidem, p. 130.

¹²³ Ibidem, p. 133.

O Sermão. Para D. Frei Bartolomeu, a pregação poderia não ser longa mas deveria ter qualidade para que fosse entendida pela grei. Era preciso despertar o auditório e levar as pessoas a reflectir na Palavra de Deus para que as almas pudessem aproveitar. O Sermão conduziria as pessoas ao bom caminho, entraria no seu coração e levá-las-ia à verdade do Evangelho. No seu Catecismo, escrito para ser lido nas Paróquias, encontramos um belo conjunto de sermões para vencer a rudeza geral da grei e todos reflectiam as características pastorais que o Arcebispo entendia serem as melhores para os seus fiéis.

A função de purgar fazia todo o sentido, depois da função iluminar. “*Purgar o material e o espiritual, purgar a grei e, frequentemente, também o pastor*”¹²⁴. Era uma função muito importante e específica da visita pastoral, e consistia em descobrir os males e aplicar os remédios. D. Frei Bartolomeu veio a revelar-se um verdadeiro mestre numa tarefa que não era propriamente fácil. Purgar o material e o espiritual, purgar a grei e, frequentemente, também o pastor; estamos a falar de detectar o que estava errado e aplicar a devida correcção. Os historiadores encontraram em vários documentos, p. ex. nas actas das visitas, os testemunhos que justificam as medidas tomadas por D. Frei Bartolomeu, em particular uma carta que o Arcebispo lia em todas as paróquias, no início de cada visita pastoral¹²⁵. Esta carta que era lida publicamente, referia os males e necessidades que saltavam à vista (embora fora de qualquer inquérito) como p. ex. o estado de conservação de muitas igrejas¹²⁶. Num quadro de dignificação da função paroquial, dedicava também o Arcebispo uma atenção especial ao estado de conservação das Igrejas, das residências paroquiais e das alfaías litúrgicas usadas no culto.

Mas se o que referimos era importante para o Arcebispo, mais relevante ainda eram os pobres, votados ao desamparo e à indigência, e que ele considerava verdadeiros templos

¹²⁴ Ibidem, p. 137.

¹²⁵ Ibidem, p. 138.

¹²⁶ SOUSA, Frei Luis de, *A Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, p. 469.

vivos¹²⁷. A eles dedicou o Arcebispo ainda maior solicitude. Chamava-os e providenciava a resolução das suas necessidades mais prementes, fosse com dinheiro ou com os artigos que precisavam. Tudo isto, no critério pastoral de D. Frei Bartolomeu, era ao serviço das almas, e justificava os sacrifícios das muitas deslocações feitas em condições bem difíceis.

Para averiguar da verdade dos testemunhos dos fiéis era necessário um inquérito. Por isso, antes de começar a investigação, com toda a lealdade, o Arcebispo tinha o cuidado de bem explicar aos seus fiéis qual a finalidade da visita e como se processaria o inquérito subsequente¹²⁸.

Depois o Arcebispo enunciava a lista dos pecados em questão: *“a heresia, feitiçaria, superstição e apostasia nas suas diversas formas; a blasfémia e o sacrilégio; os preceitos da Igreja; a vida familiar e o escândalo público; a vida social fundada na caridade cristã; a justiça para com Deus e para com o próximo, pelo cumprimento dos votos e combate aos usureiros. Todos estes pontos cuidadosamente inquiridos e anotados pelo Arcebispo e pelos seus visitantes”*¹²⁹.

A seguir aplicava todo o seu zelo, discrição e cuidado pastoral, na salvação das almas pecadoras, que fossem culpadas dos pecados informados.

A noção que o Arcebispo tinha do seu papel de pastor levava-o na sua relação com os pecadores a equilibrar uma grande delicadeza espiritual, com a firmeza que punha na defesa da fé. No entanto, respeitava a dignidade do pecador, e reconhecia e dava-lhe a oportunidade de se emendar.

É com este elevado conceito de critério pastoral, mas cheio de caridade e zelo, que o Arcebispo usando todos os seus argumentos oratórios vai catequizar o seu rebanho. A

¹²⁷ ROLO, Raul de Almeida, *“Função Apostólica da Visita Pastoral”*, Lusitania Sacra, 6, 1962-1963, p. 160.

¹²⁸ Ibidem, p. 161.

¹²⁹ Ibidem, p. 161.

caridade andava a par do zelo. O Arcebispo não confundia a caridade com a transigência, nem pacto com mal.

A função de aperfeiçoar¹³⁰, representava a finalidade da visita pastoral fazendo da grei melhores cristãos, conseguindo maior perfeição espiritual dos fiéis fazendo-os crescer na Fé em Cristo. Ora este ordenamento à perfeição espiritual consubstancia-se na liturgia cristã no Sacramento do Santo Crisma, ou da Confirmação. Por isto o Arcebispo dava elevada consideração a este Sacramento, por ele próprio administrado, como finalidade última da sua visita pastoral¹³¹. Era para ele a prova de que os seus fiéis aceitavam livremente a Fé em Cristo.

5.2. Para além da visita

A visita pastoral para D. Frei Bartolomeu era importante na sua actividade episcopal porque sem ela o seu múnus na Arquidiocese ficaria limitado. A sua missão era, antes de tudo, a salvação das almas e esta não se poderia fazer à distância ou através de terceiros. Por isso, a visitação como ele a via, obrigava-o a um encontro próximo com cada fiel na sua comunidade, convertendo-o pela pregação directa, sabendo dos seus problemas, preocupando-se com o estado das igrejas e das alfaías litúrgicas, ajudando os pobres, julgando as situações difíceis, premiando ou castigando, com o filtro da sua caridade, e finalmente administrando os Santos Sacramentos.

O Arcebispo registava num livro o relatório da sua visita pastoral a cada paróquia, o que lhe permitia posteriormente administrar maior justiça e melhor distribuição de benefícios¹³². Era com estes dois elementos, benefício e cura, que ele melhorava as suas visitas pastorais. Com os dados recolhidos sobre edifícios e alfaías litúrgicas, bem como o comportamento do seu

¹³⁰ROLO, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral*, p. 144.

¹³¹Ibidem, p. 144.

¹³²Ibidem, p. 145.

clero procurava depois uma distribuição equitativa de prebendas e responsabilidades. Tudo isto lhe permitia uma gestão criteriosa e mais justa da sua Arquidiocese.

O Arcebispo tinha grande preocupação com o seu clero que procurava instruir e vigiar e, para além de o qualificar, procurava salvaguardar a sua dignidade perante a grei¹³³ para que o respeitassem. Era deste modo paternal, mas sem abdicar da justiça, que D. Frei Bartolomeu corrigia a sua clerezia, durante as visitas pastorais.

D. Frei Bartolomeu lutou muito em Trento para que a missão da visita pastoral fosse da inteira responsabilidade e zelo dos bispos¹³⁴. Em Braga, o clero sofria da mesma decadência que o clero europeu o que colocou ao Arcebispo muitas dificuldades na recepção dos decretos tridentinos. Mas foram de facto estes decretos que fizeram uma verdadeira mudança na Igreja, no clero e na grei.

Em Trento, D. Frei Bartolomeu deixou bem vincada a sua dimensão universalista. Mostrou ser um homem de Igreja, pois não se apresentou na aula conciliar com medidas para resolver os problemas da Arquidiocese Bracarense mas, pelo contrário, a sua estratégia estava orientada para acudir a toda a Igreja que se encontrava gravemente decadente¹³⁵. Deu à visita uma importância fundamental para a execução da reforma da Igreja em cada Diocese e, sobretudo, olhando para mais longe, projectando a sua acção pastoral no plano universal da própria Igreja. Mas com o seu bom senso e espírito de justiça, não procurou para os prelados um poder exagerado e prejudicial à unidade da acção da Igreja. Achava sim que a visita apostólica era a fórmula de unificação da estrutura eclesiástica universal. Os bispos deveriam ter grandes poderes nas respectivas igrejas, para cumprirem as visitas de acordo com os decretos tridentinos, mas, o poder dos Bispos era vigiado pelo Papa, a fim de evitar eventuais abusos de autoridade¹³⁶.

¹³³ Ibidem, p. 146.

¹³⁴ Ibidem, p. 147.

¹³⁵ Ibidem, p. 151.

¹³⁶ Ibidem, p. 151.

5.3. Síntese visitacional

Como síntese poderemos dizer que, à luz do Concílio, as visitas pastorais eram uma tarefa claramente episcopal e, como tal, deviam ser implementadas pelo Bispo diocesano. Nas visitas D. Frei Bartolomeu conseguia o encontro próximo com os seus fiéis, e procurava orientá-los para Deus, podendo assim exercer o seu principal desígnio, a salvação das almas. D. Frei Bartolomeu conseguia, com o seu zelo pastoral, avivar a caridade e a piedade cristã, sem subestimar a dimensão da justiça justa, exortando e repreendendo, castigando mas socorrendo espiritual e materialmente o seu rebanho. D. Frei Bartolomeu fazia tudo isto com grande delicadeza espiritual para o aperfeiçoamento de cada um dos seus fiéis. Podemos dizer que o Arcebispo, na sequência de Trento, dignificou a função da visita pastoral, tão necessária no ambiente de decadência social e clerical do conturbado séc. XVI.

6. Relação com o Santo Ofício

Não é intenção, com este singelo trabalho, alongarmo-nos no tema da Inquisição portuguesa, mas apenas lembrar que tendo durado quase três séculos se tornou relevante na história da nossa modernidade.

Ao estudarmos a actividade de D. Frei Bartolomeu na sua Arquidiocese, interessa-nos em particular reflectir sobre alguns pontos essenciais que fazem fronteira com a jurisdição do Tribunal do Santo Ofício, e que surgiram num ambiente umas vezes de relação de proximidade e outras de fricção com os prelados dessa época.

A Inquisição portuguesa surgiu por iniciativa dos Reis D. Manuel e D. João III que mantiveram um intenso e longo processo negocial com o papado, sendo por fim concedida pelo Papa Paulo III com a bula *Cum ad nil magis* em 1536.

O surgimento da Inquisição, o seu desenvolvimento com um intenso carácter dinâmico e o reajustamento do campo religioso em Portugal, seguiram um conjunto de passos lógicos que parece justo realçar de forma muito sucinta.

O objectivo inicial do Tribunal do Santo Ofício era claramente combater as heresias. Para tal, iniciou o alargamento da sua área de jurisdição sobre matérias de fé, ultrapassando as instâncias competentes que até aí residiam nos auditórios episcopais¹³⁷. Sob a coordenação do Cardeal Infante D. Henrique, a Inquisição acabou por ser a única instituição da Igreja em Portugal com jurisdição sobre as heresias¹³⁸. O Cardeal consolidou o poder do Tribunal na delimitação da sua área de jurisdição, por exemplo, isentando, em determinadas situações, o clero regular de ser julgado pelos Bispos¹³⁹, desde que em serviço no Santo Ofício. Atribuiu-lhe a capacidade de julgar tanto o clero secular como o regular e fazer a censura literária. O Tribunal do Santo Ofício passou ainda a aprovar as nomeações dos pregadores e

¹³⁷ PAIVA, José Pedro, *Baluartes da fé e da disciplina (1536-1574)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra 2011, p. 20.

¹³⁸ Ibidem, p. 46.

¹³⁹ Ibidem, p. 67.

confessores¹⁴⁰. Sabendo a importância do problema da salvaguarda das consciências, que conduzia à absolvição da heresia oculta, logo entendeu o Santo Ofício dar relevância à confissão no seu processo de vigilância sobre os crentes¹⁴¹.

Assim a Inquisição foi consolidando a ingerência em áreas reservadas até aí à esfera episcopal¹⁴². Citemos, por exemplo, a aprovação dos pregadores e confessores¹⁴³ que Trento tinha consignado como atributo exclusivo dos antístites, na Sessão XXIV, Decreto sobre a Reforma (Bispos e Cardeais) Cap. IV, e que passou, em certas dioceses, a ser feita pela Inquisição. O Santo Ofício procurava assim dominar totalmente o sistema confessional no Reino¹⁴⁴.

6.1. D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o Santo Ofício

A relação entre os bispos e a Inquisição portuguesa, no período do seu estabelecimento e organização, “*criou um problema de poder no interior da Igreja: o da definição dos limites e das competências dos órgãos com capacidade para intervir no domínio da verificação das práticas religiosas e, mais amplamente, dos comportamentos das populações*”¹⁴⁵.

Com a estratégia de alargamento da sua área de jurisdição, a Inquisição portuguesa passou perseguir as heresias de judaísmo, protestantismo, islamismo e feitiçarias, bem como a bigamia. Em 1552, ampliou a sua intervenção incluindo o contrabando em terras de mouros, em 1562, abrangeu a sodomia e, a partir de 1599, também a solicitação em confissão passou a estar sob a sua alçada¹⁴⁶. A definição pouco clara da noção de heresia, que nem mesmo os teólogos conseguiram tornar precisa, dificultava a delimitação rigorosa entre a jurisdição episcopal pré-existente e a inquisitorial cuja função era a de auxiliar os ordinários na

¹⁴⁰ Ibidem, p. 126.

¹⁴¹ Ibidem, p. 110.

¹⁴² Ibidem, p. 126.

¹⁴³ Ibidem p. 126.

¹⁴⁴ Ibidem, pp. 127-132.

¹⁴⁵ PAIVA, José Pedro, “*Os Bispos e a Inquisição Portuguesa (1536 -1613)*”, Lusitania Sacra, Série 2, Tomo 15, 2003, p. 43.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 44.

repressão das heresias¹⁴⁷. Nos reinos ibéricos, por pressão dos monarcas, foi-se lentamente criando o hábito dos bispos remeterem aos inquisidores os casos de heresia que conhecessem. Na prática, a partir de finais do século XVI, em Portugal, o Santo Ofício passa a ser a única instituição com capacidade para julgar as heresias¹⁴⁸.

Foi neste clima de dureza crescente que emergiu a figura de D. Frei Bartolomeu. O problema principal do Arcebispo de Braga relativamente à Inquisição era o mesmo que preocupava os Bispos da maior parte da Europa do sul. Quem devia julgar as heresias, os Prelados ou o Tribunal do Santo Ofício? Quem tinha a supremacia neste acto¹⁴⁹? A história da Igreja sempre atribuiu de uma forma ou de outra, esta tarefa ao Episcopado ou ao Papa, como iria acontecer agora? A Igreja foi sempre um baluarte da misericórdia, como iria ser com a Inquisição? Os Bispos conheciam bem a história da Inquisição espanhola relativamente aos interesses que navegavam fora da lógica da Igreja e da ligação do tribunal aos interesses da coroa; conheciam também tudo o que tinha acontecido no reinado de D. Manuel e que passou depois para o de D. João III. A instituição Inquisição mostrava o “*excesso de desumanidade a que se pode chegar em nome da religião e do que se considerava a verdade*”¹⁵⁰, que ofuscava a misericórdia eclesial não sendo só os heréticos a ser perseguidos. Ficam para a história as execuções na fogueira, em autos de fé públicos, e a violência do tratamento com tortura a que muitos dos presos pela inquisição¹⁵¹ eram sujeitos.

É importante referir que a criação do Tribunal do Santo Ofício não anulou o poder do Episcopado para julgar os erros da fé; mas que o Tribunal foi considerado um novo órgão,

¹⁴⁷ Ibidem, p. 45.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 47.

¹⁴⁹ PAIVA, José Pedro, *Baluartes da fé e da disciplina*, p.33; PAIVA, José Pedro, “Os Bispos e a Inquisição Portuguesa”, *Lusitania Sacra*, 15, 2003, p. 43; MARCOCCI Giuseppe, PAIVA, José Pedro, *História da Inquisição Portuguesa*, p. 42; PEREIRA, Juliana Torres Rodrigues, “O Princípio da Correção Fraternal nos escritos do arcebispo Dom frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582)”, Apresentação no II Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais – Salvador, Setembro de 2013, p.1.

¹⁵⁰ MARCOCCI Giuseppe, PAIVA, José Pedro, *História da Inquisição Portuguesa*, p. 14.

¹⁵¹ Ibidem, pp. 38,54, 56, entre outras referências.

também competente, para julgar as heresias¹⁵². Aliás, durante o processo de instauração do Santo Ofício em Portugal, tanto D. Manuel como D. João III, desencadearam diligências junto da Santa Sé para que o direito de perseguir os hereges ficasse reservado aos inquisidores¹⁵³.

Marcocci diz-nos que há alguma evidência do uso por D. Frei Bartolomeu de um sistema alternativo à Inquisição como um modelo de vigilância sobre a heresia, a que chamou inquisição pastoral¹⁵⁴, de que adiante falaremos.

No entanto, sobre a relação entre Bispos e Inquisidores, temos que referir a opinião de José Pedro Paiva, que defende que uma grande parte dos prelados já mantinha relações profundas com a Inquisição antes de receber a mitra (como inquisidores ou deputados do Conselho Geral), por exemplo D. Frei Baltazar Limpo. Os prelados que divergiam da actuação do Santo Ofício, eram normalmente prelados sem vinculações prévias com o Tribunal, o caso de D. Frei Bartolomeu e outros¹⁵⁵. Neste caso é de justiça perceber que *“se D. Frei Bartolomeu dos Mártires pode praticar uma política de alguma autonomia, cujo farol era a doutrina da misericórdia evangélica, tal só foi possível devido à complacência de D. Henrique e à estima que nutria por ele”*¹⁵⁶.

A figura de D. Frei Bartolomeu acabou por emergir neste contexto complexo, onde o aumento de poder da Inquisição foi acompanhado pela progressiva redução de autonomia dos outros poderes eclesiásticos que tinham jurisdição sobre a heresia, nomeadamente os bispos.

Como atrás referimos, é de salientar que nos anos do pontificado de D. Frei Bartolomeu, a Inquisição não conseguiu entrar na Arquidiocese de Braga, onde D. Frei Bartolomeu implementou as ideias reformadoras saídas de Trento. Os seus visitantes diocesanos eram instruídos, para encontrarem o justo equilíbrio entre os pecados de fé e as absolvições tal

¹⁵² PAIVA, José Pedro, *Baluartes da fé e da disciplina*, p. 33.

¹⁵³ Ibidem, p. 37.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 119.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 323.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 372.

como Trento lhes facultara. Esta era a correcção fraterna desejada pelo Arcebispo, que considerava sempre a possibilidade de arrependimento do ser humano antes de envolver a Inquisição. O poder pastoral do arcebispo era visível no encontro de proximidade com cada fiel, procurando o sentido da salvação da sua alma.

6.2. Princípio da correcção fraterna

D. Frei Bartolomeu acreditava profundamente na Reforma da Igreja com base nos princípios que defendeu em Trento e, acima de tudo, colocava a primazia da Dignidade Episcopal e das responsabilidades que lhe eram inerentes como faróis do seu pontificado.

Fazendo da defesa da fé um dos pilares de seu múnus episcopal, o bracarense sabia que as heresias, como o luteranismo, constituíam um perigo para a paz na sociedade cristã. No entanto, o Arcebispo não lidava bem com o rigor e falta de caridade cristã que se praticava no tribunal da fé. Ele acreditava profundamente na natureza humana, e achava que todo o homem deveria ter sempre uma oportunidade de sair de um comportamento desviante, e essa responsabilidade deveria ser pastoral e não inquisitorial.

Quando era professor no Mosteiro da Batalha e nos comentários à Suma de S. Tomás, D. Frei Bartolomeu encontrou um caminho alternativo ao combate das heresias praticado pela Inquisição. Os seus cadernos de apontamentos permitem uma aproximação muito detalhada ao seu pensamento nesta matéria tão relevante¹⁵⁷.

D. Frei Bartolomeu defendeu a autoridade episcopal usando caminhos de vigilância dos pecadores muito seguidos nas suas visitas pastorais. Usava a pedagogia para persuadir os pecadores e não hesitava em os castigar, mas sem o rigor dos tribunais do Santo Ofício¹⁵⁸. Foi este modelo de vigilância das heresias que, com muita justeza, Giuseppe Marcocci apelidou de Inquisição Pastoral.

¹⁵⁷ MARCOCCI, Giuseppe, “D. Frei Bartolomeu dos Mártires Um caso de inquisição pastoral?” p. 123.

¹⁵⁸ PAIVA, José Pedro, *Baluarte da fé e da disciplina*, p. 367.

Frei Bartolomeu, nos seus escritos, defendia o princípio da correcção fraterna como via alternativa a usar pelos prelados que tentavam corrigir os hereges ocultos, em vez de os enviar para o Santo Ofício ou até de os julgar de imediato nos tribunais episcopais. Assim evitava os castigos mais severos, a exposição pública e, além disso, a cedência de poder aos inquisidores. Com base em *Mt 18, 15*¹⁵⁹ e nos comentários de São Tomás a esta passagem¹⁶⁰, teólogos e prelados defendiam a admoestação secreta e a absolvição de heresias ocultas no foro da consciência, como uma primeira tentativa de emendar o culpado. Estes problemas acontecidos no foro da consciência terminavam normalmente com a admoestação secreta e, na sua essência, retiravam poder à Inquisição, enquanto instituição que pretendia ser única no julgamento das heresias. Em termos gerais, a interpretação tomista aproximava pecadores e heréticos e considerava a correcção fraterna legítima em boa parte dos casos.

Onde se encontrava então o perigo ou as dificuldades de D. Frei Bartolomeu? Na verdade o princípio da correcção fraterna constituía grande obstáculo às pretensões hegemónicas do Santo Ofício, uma vez que ele atacava o ponto mais importante do sistema inquisitorial: a obrigatoriedade da denúncia¹⁶¹. Esta atitude, que já era diferente da asserção de S. Tomás, que unicamente deixava aberta a questão da diferenciação entre delito oculto e delito público, e que seria repudiada na sociedade de hoje, pois era utilizada para fins inconfessáveis pelos inquisidores.

Para o Arcebispo era claro que a sua posição diferia do procedimento inquisitorial onde, normalmente, se aplicavam penas infamantes e muito duras. Para ele, apenas nos casos mais graves, os hereges deveriam ser expostos à comunidade e sofrer penas severas.

¹⁵⁹ «Se o teu irmão pecar, vai ter com ele e repreende-o a sós. Se te der ouvidos, terás ganho o teu irmão». *Correcção fraterna, Mt18, 15.*

¹⁶⁰ PEREIRA, Juliana Torres, "D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o Santo Ofício português (1559-1582)", XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, Julho de 2013, p. 5.

¹⁶¹ Ibidem, p. 6.

Assim, para além da defesa, nos seus escritos e no Concílio¹⁶², da absolvição dos hereges ocultos segundo o princípio da correcção fraterna, há indícios de aplicação destes preceitos na actividade pastoral de D. Frei Bartolomeu.

Na sua função episcopal, o dominicano defendia a utilização de métodos muito distintos dos aplicados pelo Santo Ofício¹⁶³. Apesar da inexistência de um conflito aberto, na postura adoptada pelo Arcebispo, confundiam-se um projecto de uniformização da fé baseado na pedagogia e na misericórdia e a defesa da autoridade episcopal frente aos inquisidores.

O Arcebispo achava que em qualquer ser humano existe sempre a esperança de emenda, portanto admitia a possibilidade de um cristão tentar corrigir secretamente um herege¹⁶⁴. Assim, a necessidade de denunciar o caso de heresia aos inquisidores perdia uma das suas bases mais sólidas. Sem se afirmar directamente contra o Tribunal do Santo Ofício, D. Frei Bartolomeu acabava por lhe retirar uma importante fonte de denúncias. Esta aproximação ao seu pensamento teológico pode representar um indício, um vestígio, de como D. Frei Bartolomeu contestava a colaboração que os inquisidores desejavam encontrar no episcopado.

6.3. Síntese da relação com o Santo Ofício

As relações entre os bispos e os inquisidores apontam para uma situação de colaboração geral entre eles, que, por sua vez, não pode fazer esquecer o conhecimento histórico dos percursos concretos que produziram esse equilíbrio¹⁶⁵. A supremacia do Tribunal do Santo Ofício só foi possível porque, na generalidade, os Bispos portugueses aceitaram ou conformaram-se com o projecto de poder assumido pela Inquisição, a partir da influência do Cardeal D. Henrique, como Inquisidor-mor e como Rei.

¹⁶² Ibidem, p. 8; PAIVA, José Pedro, *Baluartes da fé e da disciplina*, pp. 117, 367 e 387.

¹⁶³ PEREIRA, Juliana Torres Rodrigues, *D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o Santo Ofício português*, p. 9.

¹⁶⁴ PEREIRA, Juliana Torres Rodrigues, *“O Princípio da Correcção Fraterna”*, p. 10.

¹⁶⁵ MARCOCCI, Giuseppe, *“D. Frei Bartolomeu dos Mártires Um caso de inquisição pastoral?”*, p. 119.

Enquanto D. Frei Bartolomeu foi Arcebispo de Braga (1559-1582), a Inquisição portuguesa actuou de forma extremamente limitada no território da Arquidiocese, sobretudo se compararmos com o que aconteceu noutras dioceses do Norte¹⁶⁶.

O tribunal do Santo Ofício acabou por se afirmar com o duplo estatuto de tribunal eclesiástico e de tribunal da coroa. Tribunal eclesiástico porque, entre outras razões, funcionou com poderes delegados pelo Papa. Tribunal da coroa porque o inquisidor-geral era nomeado pelo papa sob proposta do rei. Aliás, a coroa era informada regularmente sobre a actividade do Santo Ofício interferindo nas suas decisões e atribuindo explicitamente ao Conselho Geral o estatuto de conselho régio¹⁶⁷.

É importante destacar que as considerações relativas a D. Frei Bartolomeu se inserem num debate mais amplo a respeito das relações entre os poderes episcopal e inquisitorial. Enquanto Marcocci enfatiza o carácter conflituoso destas relações até fins do século XVI, uma vez que o equilíbrio entre inquisidores e bispos não foi alcançado imediatamente após o estabelecimento do Santo Ofício, José Pedro Paiva sustenta a ideia de uma aliança entre bispos e inquisidores desde o início do funcionamento do Tribunal. Paiva afirma que os conflitos eram apenas pontuais ou expressão de alguns bispos que desejavam afirmar a sua autoridade sem, no entanto, terem jamais contestado a existência do Santo Ofício. D. Frei Bartolomeu, pertenceria a este grupo. Nunca contestou directamente a Inquisição, procurando sempre salvaguardar a liberdade, dignidade e autoridade episcopais, que já tinha defendido em Trento.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 119.

¹⁶⁷ BETTENCOURT, Francisco, in *História de Portugal, Dir. José Mattoso, Vol. III, No alvorecer da modernidade (1480-1620)*, Editora Estampa, Lisboa 1993, p. 21.

Conclusão

Relembremos que o tema desta dissertação é “D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo de Braga. Aspectos relevantes do seu múnus episcopal”. Procurei neste despretensioso trabalho, olhar de forma integrada a pessoa de D. Frei Bartolomeu, referindo as influências que teve no seu percurso de vida, no seu tempo e no seu espaço.

Honestamente, terei que dizer que nunca tive a pretensão de ser inovador em temas tão profundamente estudados pelos investigadores que se debruçaram sobre esta notável personalidade da nossa Igreja do séc. XVI. Já nem sequer me refiro aos seus dois biógrafos dominicanos, Frei Luis de Sousa e Frei Almeida Rolo, sendo que o primeiro foi contemporâneo de Frei Bartolomeu e que o segundo dedicou toda a vida ao estudo aprofundado dos mais diversos aspectos de vida do Arcebispo. Acredito que estes dois autores dominicanos me tenham induzido em algum tom laudatório que perpassasse ao longo do trabalho, embora tenha procurado corrigir este aspecto nas diferentes passagens para as quais o meu orientador de mestrado me chamou a atenção.

No meu plano escolhi como primeiro passo, fazer um rápido retrato de Frei Bartolomeu, para o poder inserir no mundo em que viveu: a sociedade europeia e portuguesa no séc. XVI. Deste modo espero ter realçado os principais aspectos da sua vida, desde o professor notável, preceptor de um infante devido à confiança que a casa real nele depositava, ao convite para a mitra bracarense e ao seu desempenho no terceiro período do Concílio de Trento, até à implementação dos decretos conciliares reformadores na sua Arquidiocese. Destaquei, pela sua relevância e dificuldade, o reconhecido desempenho na defesa da reforma do clero na aula conciliar em Trento, o zelo que pôs nas visitas pastorais e o bom senso que usou frente ao tribunal do Santo Ofício no que diz respeito ao julgamento das heresias.

Em Trento, onde o Arcebispo esteve após um ano e meio em Braga, tornou-se notado pela solidez das propostas apresentadas à aula conciliar, no bem elaborado documento *Petições*;

para tal socorri-me do texto Documenta Bartholomaena Tridentina, Intervenções Conciliares. Na sua principal obra, escrita em Trento, *Stimulus Pastorum*, deixou bem claro o perfil desejável de um Bispo, que depois defendeu como pilar fundamental da reforma do clero e da Igreja. Saliento que, dos vários debates havidos sobre o múnus episcopal, o dever de residência foi com certeza o mais intenso e difícil, pois tocava nos direitos e benefícios de que muitos prelados gozavam há muito tempo e que os conduzia a um conjunto de obrigações que não aceitavam facilmente. Foi para mim importante o artigo *Stimulus Pastorum* da autoria de David Sampaio Barbosa, bem como a panorâmica abrangente que encontrei na revista *Lusitania Sacra* e na *História Religiosa de Portugal*, que me ofereceram um balanço bem equilibrado sobre a historiografia da reforma tridentina em Portugal.

Na recepção dos decretos conciliares na Arquidiocese destaco a construção do Seminário conciliar de S. Pedro e a nova orientação do Colégio de S. Paulo sob a responsabilidade da Companhia de Jesus. Ambas foram obras fundamentais para a instrução dos futuros clérigos. Pelas dificuldades encontradas na implementação dos decretos, parece-me obrigatório salientar a oposição feita pelo cabido de Braga que se revestiu de aspectos menos correctos pela parte do canonicato, obrigando á intervenção do Cardeal D. Henrique, da Rainha D. Catarina e até do próprio Papa, pese embora toda a boa vontade do Arcebispo visível através dos diversos sínodos e concórdias celebradas, de acordo com as decisões conciliares. Foi importante para esta temática, entre outros, o conjunto de trabalhos publicados no livro *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas-olhares novos*, mormente o artigo de Hugo Ribeiro da Silva, *o Concílio de Trento e a sua recepção pelos cabidos das catedrais*; e do mesmo historiador o artigo *Os cabidos catedralícios portugueses em tempos de mudança (1564-1670)*.

Para o tema da visitação, que o Arcebispo considerava vital para o seu múnus episcopal, não posso deixar de referir, entre outras, a obra de Frei Almeida Rolo *O Bispo e a sua Missão*

Pastoral, segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires. A função apostólica da visita é profundamente descrita e tornada compreensível nos diversos capítulos deste livro.

Terminei com o tema delicado da Inquisição que me pareceu ser inultrapassável na Igreja e na vida social dessa centúria. Os interesses da coroa, da Igreja, da monarquia Castelhana, e de certo modo também de Roma, levaram a um percurso longo que atravessou dois reinados para se chegar à Bula papal *Cum ad nil magis*, de 1536 que oficializou o Tribunal do Santo Ofício no reino de Portugal. Julguei importante salientar a complexidade de um problema que atingia toda a sociedade portuguesa e que se associou, a seu jeito, ao século de tantas e tão profundas reformas.

Francisco Carvalho Rosado

Agosto de 2015

Bibliografia

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, Porto – Livraria Civilização, Editora, Porto-Lisboa 1930.

BANDEIRA, Miguel Melo, “*O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII*”, Revista da Faculdade de Letras — Geografia I Série, Vol. IX, Porto, 1993, pp. 121-223.

BARBOSA, David Sampaio, “*Portugal em Trento. Uma presença discreta*”, Lusitania Sacra, Série 2, Tomo 3, 1991, pp. 11-38.

IDEM, “*Stimulus Pastorum: Texto e contexto de uma proposta de renovação*”, Lusitania Sacra, Série 2, Tomo 15, 2003, pp. 15-41.

IDEM, “*Arquétipo de pároco na vida e na obra de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo de Braga (1559-1582): uma aproximação histórica*”, Lusitania Sacra, Série 2, Tomo 23, 2011, pp. 59-76.

BARBOSA, David Sampaio, GOUVEIA, António Camões, PAIVA, José Pedro, *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas-olhares novos*, Centro de Estudos História Religiosa, Lisboa 2014.

BETTENCOURT, Francisco, in *História de Portugal, Dir. José Mattoso, Vol. III, No alvorecer da modernidade (1480-1620)*, Editora Estampa, Lisboa 1993.

BORTOLOSSI, Cintia Mara Bogo, “*Instituições educativas em Portugal na segunda metade do século XVI: universidade de Coimbra e universidade de Évora*”, Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 55, Mar 2014, pp. 136-148.

BOUMAN, C. A., TUCHLE, Germano, *Nova História da Igreja, vol. III*, Editora Vozes, Petrópolis 1971.

COSTA, Susana Goulart, “*A Reforma Tridentina em Portugal: Balanço historiográfico*”, Lusitania Sacra, Série 2, Tomo 21, 2009, pp. 237-248.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, *Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade* in História Religiosa de Portugal, Volume 2, pp. 15-44.

FERREIRA, José Augusto, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga, Tomo III*, Edição da Mitra Bracarense, Braga 1932.

IDEM, *História Abreviada do Seminário Conciliar de Braga, Séc. VI – Séc. XX*, Edição da Mitra Bracarense, Braga 1937.

JEDIN, Hubert, *Historia del Concílio de Trento*, Vol. II, 3º Período: conclusão, Ediciones Universidad de Navarra SA, Pamplona 1981.

LIMA, José da Silva, VARANDA, Isabel, “*As grandes linhas da acção pastoral de D. Frei Bartolomeu*”, *THEOLOGICA*, II série, Vol. XXXVII, Fasc. 2. Braga 2002, pp. 226-268.

MARCOCCI, Giuseppe, “*O Arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582). Um caso de inquisição pastoral?*” *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9, 2009, pp. 119-146.

IDEM, “*A fundação da Inquisição em Portugal*”, Lusitania Sacra, Série 2, Tomo 23, 2011, pp. 17-40.

MARCOCCI Giuseppe, PAIVA, José Pedro, *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*, A Esfera dos Livros, Lisboa 2013.

MIRANDA, Margarida, “*O Humanismo no Colégio de São Paulo (Séc. XVI) e a Tradição Humanística Europeia*”, *Humanitas* 62 (2010), pp. 243-263.

NASCIMENTO, Aires, SANTO, Arnaldo do Espírito, *Documenta Bartholomaeana Tridentina, Intervenções Conciliares*, Biblioteca Verdade e Vida, Braga 1990.

PAIVA, José Pedro, “*Inquisição e Visitas pastorais, dois mecanismos complementares de controle social?*” Separata da Revista de História das Ideias, vol. 11 Faculdade de Letras Coimbra 1989, pp. 85-102.

IDEM, “*A Igreja e o Poder*”, *Interpenetração da Igreja e do Estado*, in AZEVEDO, Carlos Moreira (direcção), *História Religiosa de Portugal*, Vol. 2, Círculo de Leitores SA e Autores, Rio de Mouro Dezembro 2000, pp. 135-143.

IDEM, “*Os Bispos e a Inquisição Portuguesa (1536-1613)*”, *Lusitania Sacra*, Série 2, Tomo 15, 2003, pp. 43-76.

IDEM, *Baluartes da fé e da disciplina (1536-1574)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra 2011.

PEDREIRA, D. José Augusto, “*Bartolomeu dos Mártires, Bispo de todos os tempos*”, *Cadernos Vianenses*, 33, 2003, pp. 15-23.

PEREIRA, Juliana Torres Rodrigues, “*D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o Santo Ofício português (1559-1582)*”, XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, Julho de 2013.

IDEM, “*O Princípio da Correção Fraterna nos escritos do Arcebispo Dom frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582)*”, Apresentação no II Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais – Salvador, Setembro de 2013.

PIERRARD, Pierre, *História da Igreja Católica*, Paulus, Reimpressão S. Paulo 2012.

POLÓNIA, Amélia, “*A recepção do Concílio de Trento em Portugal*”, Seminário de História Religiosa Moderna 2013, 1ª Sessão, Faculdade de Letras Universidade do Porto, Março de 2013.

RODRIGUES, Manuel Augusto, “*D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o Colégio de S. Paulo de Braga*”, Lusitania Sacra, Série 1, Tomo 10, 1978, pp. 101-133.

ROLO, Raul de Almeida, “*Função Apostólica da Visita Pastoral Segundo O Venerável Bartolomeu dos Mártires*”, Lusitania Sacra, Série 1, Tomo 6, 1962-1963, pp. 137-176.

IDEM, *O Bispo e a sua Missão Pastoral, segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Biblioteca Verdade e Vida, Movimento Bartolomeano, Porto 1964.

IDEM, *Formação e Vida Intelectual de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Edição do Movimento Bartolomeano, Porto 1977.

IDEM, *Bartolomeu dos Mártires, Obra social e educativa*, Biblioteca Verdade e Vida, Edição do Movimento Bartolomeano, Porto 1979.

IDEM, *A Colegiada de Guimarães na aceitação do Concílio de Trento*, Congresso Histórico de Guimarães e da sua Colegiada, 1981, Tipografia Barbosa e Xavier, Braga 1981.

IDEM, “*O Papado e os Papas na doutrina e na vida de Frei Bartolomeu dos Mártires*”, Didaskália, XI, 1981, pp 257-280.

IDEM, “*Venerável D. Frei Bartolomeu dos Mártires - O Arcebispo Santo*”, Artigo publicado nas comemorações dos 500 anos de nascimento do Beato Frei Bartolomeu dos Mártires, Academia das Ciências, Lisboa 2014.

SENOS, Nuno, “*A Coroa e a Igreja na Lisboa de Quinhentos*”, Lusitania Sacra, Série 2, Tomo 15, 2003, pp. 97-117.

SILVA, Hugo Ribeiro da, “*Os cabidos catedralícios portugueses em tempos de mudança (1564-1670)*”, Lusitania Sacra, Série 2, Tomo 23, 2011, pp. 77-94.

SOARES, António Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga no séc. XVII, Sociedade e Mentalidades pelas Visitações Pastorais, (1550-1700)*, Tese de Doutoramento em História, Universidade do Minho, Braga 1977.

SOUSA, Frei Luis de, *A Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa Novembro 1984.

WERMERS, Manuel Maria, “*Portugal no Concílio de Trento, o conflito Trento-Bolonha e a suspensão do Concílio*”, Lusitania Sacra, Série 1, Tomo 1, 1956, pp. 205-228.